

PREFEITURA DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



APAE
Goiânia - GO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2025/2026

Goiânia
2025/2026

Sumário

EIXO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	3
1.1 Histórico da instituição e do PPP	3
1.1.1 Informações Institucionais	...3
1.1.2 Projeto Político Pedagógico	5
1.2 Aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais e geográficos da instituição e da comunidade educacional	7
1.3 Função sociopolítica e pedagógica da instituição e objetivos do PPP	8
1.4 Organização e Funcionamento	15
1.5 Recursos humanos – Caracterização geral dos profissionais da instituição: Recém concursados, veteranos e experiência profissional.	16
1.6. Recursos Financeiros	20
1.7. Condições físicas e materiais	21
EIXO 2 – PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES	22
2.1. Sociedade e Educação	22
2.2. Sujeitos	23
2.3. Aprendizagem e desenvolvimento	23
EIXO 3 – CURRÍCULO	25
3.1. Currículo e organização curricular	25
EIXO 4 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E DA AÇÃO EDUCATIVA E PEDAGÓGICA	35
4.1. Gestão Democrática:	35
4.2. Planejamento da organização do trabalho	38
4.3 Formação Continuada Em Contexto	57
EIXO 5 – PROCESSOS AVALIATIVOS	58
5.1. Avaliação dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento das crianças:	58
5.2. Avaliação do PPP	64
5.3. Avaliação Institucional	64
Após a coleta de informações, a equipe gestora tem a oportunidade de analisar e assim criar estratégias para atender as demandas observadas e traçar propostas para favorecer o trabalho desenvolvido em nossa Instituição.	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

❖ EIXO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

○ 1.1 Histórico da instituição e do PPP

1.1.1 Informações Institucionais

Da mantenedora:

Denominação: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIÂNIA (APAE de Goiânia).

Endereço: Rua 255, nº 628 - Setor Coimbra Goiânia-GO CEP: 74533-150.

Natureza: Entidade filantrópica e de utilidade pública.

Definição do negócio: Atendimentos em Assistência Social, Educação e Saúde: da Prevenção à Inclusão.

Finalidade: Atender pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, nas áreas da assistência social, defesa e garantia de direitos, educação, saúde, nutrição, profissionalização, cultura, esporte e lazer.

Missão: Articular e promover ações de prevenção à inclusão, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida dos usuários da APAE.

Ato constituído:

Registro de Pessoa Jurídica nº 59271-5 de 28/20/2006

REG. CNAS – MEC nº. 229.317/73 – Registro nº. 223 fls: 22 v.o. e 23 - Cartório Sampaio. Neto – decreto- Utilidade Pública Federal - lei nº. 50.517, Estadual lei nº. 9.492 e Municipal lei nº. 4.211.

Responsáveis:

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE: Nael da Costa Limas

1º VICE-PRESIDENTE: Carmen Marize Lima

2ª VICE-PRESIDENTE: Rosemary Pontes

1ª DIRETORA SECRETARIA: Albanir Pereira Santana

2º DIRETORA SECRETARIA: Marcília Cândida Martins

1º DIRETORA FINANCEIRA: Ivone Pereira Borges

2º DIRETOR FINANCEIRO: Sueli Ferreira Faleiro Correia

DIRETOR DE PATRIMONIO: Magalhães Paulo da Silva

DIRETORA SOCIAL: Ana Maria Pessoa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Luiza Gonçalves de Araújo
Elizabeth dos Santos Freiras
Elton Alves Cordeiro
Euclesiana Dias Peixoto
Gisele Franco Ribeiro
Ironilton Oliveira da Silva
Lázaro Donizete da Costa
Patrícia Ferreira Paz
Maristela Pereira Araújo Santos
Nerivan de Lourdes Oliveira
Percival Vieira de Moraes
Rodrigo Campos Rodrigues
Sandra Vieira da Silva

CONSELHO FISCAL

Edson da Silva Júnior (Efetivo)
Elizabeth Pontes Santos Anjo Júnior (Efetivo)
Rodolfo José Barbosa Junior Júnior (Efetivo)
Mário Borges de Oliveira (Suplente)
Suelene Elizabeth Camargo de Matos (Suplente)
Valdivina Rodrigues de Lima (Suplente)

CONSELHO CONSULTIVO

Antônia Bahia Cerqueira
Emília Teresinha Borges
Albanir Pereira Santana

Data da fundação: 29 de maio de 1969

CNPJ: 01.240.688 / 0001 – 40

www.apaedegoiania.org.br contato@apaedegoiania.org.br

Da Instituição de Ensino:

Nome: Centro de Educação Especial Helena Antipoff (Escola Especial da APAE de Goiânia).

Endereço: Rua 255, nº 628 - Setor Coimbra Goiânia-GO CEP: 74533-150.

Código do Censo Escolar/INEP: 52069850

Caracterização da Instituição

O Centro de Educação Especial Helena Antipoff, escola especial da APAE Goiânia, entidade filantrópica e de utilidade pública, conveniada com a Secretaria Municipal de Educação e Esporte, atende crianças/estudantes com deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências, nas áreas de prevenção, saúde, educação, assistência social.

1.1.2 Projeto Político Pedagógico

Segundo Veiga (2004, p.13) O Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

O Centro de Educação Especial Helena Antipoff, unidade pedagógica, tem como mantenedora desta escola especial a APAE de Goiânia em parceria com a SME- Secretaria Municipal de Educação e Esporte, apoia-se nos postulados acima estabelecendo seus objetivos, metodologias e práticas educativas, com fim de alcançar ao máximo as necessidades individuais de sua clientela, visando propiciar-lhe as condições adequadas para a inclusão nos programas educacionais subsequentes da APAE, da rede regular de ensino e no contexto familiar e social.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) tem como função dar uma direção à esta Unidade Educacional do ponto de vista político, educacional e social, estabelecendo diretrizes que possam assegurar os anseios dos parceiros da APAE e SME, bem como

cumprir com a legislação vigente e colaborar com as famílias das crianças/estudantes, disponibilizando atendimentos de qualidade tanto na área educacional, clínica e social.

Assim, a elaboração deste documento vai além do cumprimento das exigências legais. Tem como o objetivo principal mensurar a qualidade das propostas experimentadas e reformuladas ao longo dos anos, a fim de constituir-se como referência para as ações educativas, respeitando as individualidades e potencialidades das crianças/estudantes em desenvolvimento.

Atualmente a equipe gestora tem levantado alguns questionamentos junto à equipe pedagógica sobre a importância de visualizar a **criança/estudante** como um sujeito de direitos e potencialidades, independente da sua deficiência. Essas discussões irão nortear a reelaboração da nossa proposta política pedagógica, buscando assim ampliar nossos olhares sobre a valorização das nossas crianças/estudantes como sujeitos participantes da construção do seu conhecimento.

Na proposta, a deficiência não superestimada, a **criança/estudante** é vista como ser humano, como ser material e espiritual, inserido no contexto político-econômico e social, exigindo assim, nesta perspectiva, sua elaboração, como oportunidade de reflexão e avaliação do trabalho, aprofundando cada vez mais nos desafios que a Educação Especial apresenta.

Nesta convicção é que o Centro de Educação Especial Helena Antipoff, escola especial da APAE de Goiânia, vem buscando uma prática educativa embasada nos postulados teóricos, na investigação e reflexão na ação diária, no trabalho coletivo e tecnologias de informação e comunicação (TIC).

A necessidade de um documento norteador das ações a serem implementadas no contexto da Educação Especial tem levado a equipe pedagógica a estudos mais aprofundados e tem buscado diversas leituras orientadoras e documentos norteadores como a Constituição Federal de 1988, em seu art.205; como na LDBEN- Lei 9394/96 em seus artigos 12 e 58 com a Declaração de Salamanca, competências da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), promulgada em 2017, DCGO (Documento Curricular para Goiás), aprovado pelo Conselho de Educação de Goiás (CEE/GO), por meio da resolução nº 8 de 06 de dezembro de 2018 e outras buscas em teorias educacionais.

O resultado desses estudos vem assegurando a cada ano uma melhor definição das práticas pedagógicas que possam assegurar às **crianças/estudantes**, do nascimento aos dez anos e 11 meses, nos programas de estimulação precoce,

educação infantil, atendimento educacional especializado e anos iniciais do ensino fundamental I, condições de desenvolvimento e encaminhamentos específicos às suas necessidades.

Assim, o presente Projeto Político Pedagógico, vem reforçar o compromisso Institucional para com a Educação Especial de qualidade, numa visão democrática e coletiva, em que o fazer pedagógico visa o respeito à diversidade como meta de superação das desigualdades e equiparação de oportunidades.

Para atender os seus objetivos e compromissos, o Centro de Educação Especial Helena Antipoff, escola especial da APAE de Goiânia, não tem medido esforços na elaboração de propostas educacionais inovadoras, espaços físicos e recursos materiais e humanos que satisfaça o que se propõe, procurando assegurar o fazer pedagógico compatível com as políticas públicas de educação para diversidade, com os objetivos da APAE de Goiânia e fidelidade ao Projeto Político Pedagógico, com vistas a atender a demanda, necessidades e expectativas das **crianças/estudantes** e famílias.

○ **1.2 Aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais e geográficos da instituição e da comunidade educacional**

Diagnóstico local:

No Centro de Educação Especial Helena Antipoff, o atendimento educacional e multiprofissional destina-se às crianças/estudantes do nascimento aos cinco anos e onze meses, com atraso no desenvolvimento global, deficiência intelectual e outras deficiências associadas (deficiência múltipla – DMUL), e o Atendimento Educacional Especializado destina-se às crianças/estudantes de um ano e seis meses a sete anos e onze meses, com o mesmo perfil da referida escola, matriculados na Rede Regular de Ensino do Município de Goiânia.

A população atendida compreende **crianças/estudantes** do município de Goiânia, com atraso no desenvolvimento global, deficiência intelectual e outras deficiências associadas (deficiência múltipla – DMUL).

As famílias chegam à APAE e são submetidas a uma triagem realizada por uma equipe multiprofissional, a qual avalia a **criança/estudante** para verificar se esta se enquadra no perfil necessário para atendimento oferecido em nossa unidade.

Devido à condição socioeconômica, a maioria das famílias atendidas encontra-se em vulnerabilidade social, com pouco acesso aos serviços públicos básicos e ao lazer. Oferecemos a todas as famílias apoio com a equipe de assistentes sociais e psicologia, que visa auxiliá-las e desenvolver ações socioeducativas, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do usuário e sua família, além de uma equipe pedagógica, em suas múltiplas especialidades, que contribui com o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, bem como sócio-afetivas das **crianças/estudantes**, mesmo diante da nova realidade da sociedade com relação aos atendimentos a distância.

Quanto às características da população atendida pelo Centro de Educação Especial Helena Antipoff, escola especial da APAE de Goiânia destaca-se que é composta por famílias que possuem renda familiar de 01 salário mínimo até no máximo 03 salários mínimos, sendo que a grande maioria se enquadra na renda de 01 salário-mínimo e meio. Desse modo, vivenciam em seu cotidiano inúmeras dificuldades quanto à provisão dos itens básicos à sobrevivência e mais de 50% possuem algum tipo de benefício social, como o Benefício da Prestação Continuada/BPC ou Bolsa Família.

Quanto à moradia, residem em casa de aluguel ou cedida e um percentual menor reside em casa própria. Concernente a opção religiosa a grande maioria professa a fé Católica, seguida do Protestantismo e Espiritismo.

Registra-se que em relação ao lazer, a maioria tem acesso a opção pública como praças, parques, feiras, shopping e as relacionadas a atividades em suas igrejas, visita a casa de amigos e parentes, bem como as disponibilizadas pela APAE, sendo que uma pequena parcela relata frequentar restaurantes, cinema, clubes e locais afins. Quanto ao nível de escolaridade dos genitores, a maioria possui Ensino Médio completo e os responsáveis pela manutenção do grupo familiar exercem atividades formais, com vínculo empregatício, seguido daqueles que realizam alguma atividade autônoma e uma minoria não trabalha ou está desempregada ou sobrevive realizando “freelance”, estando assim, inserida em um contexto de extrema vulnerabilidade social.

Baseado nas características da população atendida, buscamos oferecer a inclusão social das **crianças/estudantes** e famílias.

○ 1.3 Função sociopolítica e pedagógica da instituição e objetivos do PPP

Fundamentação legal, político e pedagógica:

Em âmbito mundial a política de inclusão escolar nos sistemas de ensino começou a ganhar forma a partir de 1990, visando efetivar a equiparação de oportunidades para todas as pessoas sem qualquer tipo de discriminação, inclusive por motivo de deficiência, sendo, por força de seus princípios considerada um instrumento importante para o desenvolvimento e a manutenção do Estado democrático.

No Brasil, mesmo que ainda evidenciando conceitos posteriormente complementados, a Constituição Federal de 1988 (Brasil. 1988) e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N.9.394/96 (Brasil. 1996), estabelecem que a educação é direito de todos e pela primeira vez explicita a respeito da educação escolar de pessoas com deficiência, apontando para o seu direito de acesso ao ensino comum.

Após a década de 90, percebe-se a influência de alguns movimentos em prol da educação inclusiva, da pessoa com deficiência, seus direitos e oportunidades. Entre eles, ressalta-se: Conferência Mundial de Jointiem, Conferência de Salamanca (1994) e Conferência de Montreal (2004).

O movimento pela educação inclusiva se intensifica a partir da Conferência Mundial de Jointiem, Tailândia, realizada em 1990, que apontou para a Educação para Todos, e é retomada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ocorrida na Espanha, em 1994, que culmina na Declaração de Salamanca. Movimentos que, indiscutivelmente, configuram um avanço nos direitos dessas pessoas, mas que também devem ser analisados frente à sintonia existente entre os organismos internacionais e os governos.

Um dos documentos importantes que define, sobre princípios, política e prática em educação especial é a Declaração de Salamanca, elaborado durante a Assembleia realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 a 10 de junho de 1994, quando delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, reafirmaram compromisso para com a *Educação para Todos*. Reconvocaram as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Segundo a Declaração de Salamanca, falar de necessidades educacionais especiais implica enfatizar como a escola pode compensar as dificuldades da criança/estudante focando suas possibilidades em interação com a condição educacional que lhe é oferecida. Assim, a Escola Especial não seria entendida como segregadora, mas inclusiva, uma vez que busca oferecer ao seu alunado um processo de aprendizagem condizente com as suas necessidades, dando-lhe oportunidade de aprender e de participar de todo o processo de ensino e aprendizagem com vistas ao desenvolvimento da autogestão e autodefesa para o exercício da cidadania.

Na Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, em 06 de outubro de 2004, fica recomendado às Organizações Internacionais:

"Incluir a "DEFICIÊNCIA INTELECTUAL" nas suas classificações, programas, áreas de trabalho e iniciativas com relação às "pessoas com deficiências intelectuais" e suas famílias a fim de garantir o pleno exercício de seus direitos e determinar os protocolos e as ações desta área".

Aspectos Legais

A Constituição Federal estabelece que a educação é direito social de todo brasileiro, garantido pelo Estado, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Capítulo II, artigo 6º). Esse direito é reforçado ainda pelo artigo 203, inciso III, quando aborda a promoção da integração ao mercado de trabalho e pelo inciso IV, no qual são destacadas, dentre os objetivos da assistência social, a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. A Lei 9394/96, considera a Educação Especial como Modalidade de Educação Escolar. A LDB dedica um capítulo à educação especial, detalhando de maneira clara as possibilidades de sua caracterização. Assim, o artigo 58, parágrafo 1º, diz que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializados, na rede regular para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O parágrafo 2º, deste mesmo artigo, define que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas das crianças/estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Na sequência, o parágrafo 3º expõe que a oferta

de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

A RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, de nº 2/ 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ressalta-se os seguintes artigos:

Art. 10º. Os crianças que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

§ 1º As escolas especiais, públicas e privadas, devem cumprir as exigências legais similares às de qualquer escola quanto ao seu processo de credenciamento e autorização de funcionamento de cursos e posterior reconhecimento.

§ 2º Nas escolas especiais, os currículos devem ajustar-se às condições da criança e ao disposto no Capítulo II da LDBEN.

§ 3º A partir do desenvolvimento apresentado pela criança, a equipe pedagógica da escola especial e a família devem decidir conjuntamente quanto à transferência da criança para escola da rede regular de ensino, com base em avaliação pedagógica e na indicação, por parte do setor responsável pela educação especial do sistema de ensino, de escolas regulares em condição de realizar seu atendimento educacional.

Art. 12.

§ 2º Deve ser assegurada, no processo educativo de crianças que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais crianças, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequadas, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.

Art. 15. A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de

seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

Conforme inscrito no Art. 16 da Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001 do CNE-CEB,

É facultado às instituições de ensino, esgotadas as possibilidades pontuadas nos Artigos 24 e 26 da LDBEN, viabilizar a criança com grave deficiência mental ou múltipla, que não apresentar resultados de escolarização previstos no Inciso I do Artigo 32 da mesma Lei, terminalidade específica do ensino fundamental, por meio da certificação de conclusão de escolaridade, com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pela criança, bem como o encaminhamento devido para a educação de jovens e adultos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os *Estados Partes* devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (BRASIL. Constituição. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art.24, item 2).

O [Decreto da Presidência da República Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011,](#) que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado prevê:

Art. 5º. A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado as crianças com deficiência, transtornos

globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º As instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos de que trata o caput devem ter atuação na educação especial e serem conveniadas com o Poder Executivo do ente federativo competente.

Art. 14. Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas efetivadas na educação especial oferecida por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente.

§ 1º Serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas.

A [NOTA TÉCNICA Nº 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE](#), vem orientar as instituições que atuam com o AEE em uma perspectiva inclusiva.

Ressaltam-se os seguintes trechos:

"À luz dos documentos supracitados, compreende-se que:

- O poder público deve assegurar às pessoas com deficiência o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;*
- A deficiência é um conceito em evolução, que resulta da interação entre as pessoas com limitação física, intelectual ou sensorial e as barreiras ambientais e atitudinais que impedem a sua plena e efetiva participação na sociedade;*
- Os sistemas de ensino devem garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do atendimento educacional especializado as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;*
- A educação especial é uma modalidade de ensino transversal aos níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o atendimento educacional especializado, de forma complementar ou suplementar à escolarização;*
- Atendimento Educacional Especializado é o conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação das crianças público-alvo da educação especial, matriculados no ensino regular. "*

E sobre esta fundamentação, acrescida de princípios estabelecidos em vários outros dispositivos legais, que a APAE de Goiânia, instituição mantenedora, tem como prioridade atender pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, nas áreas de prevenção, saúde, nutrição, educação, profissionalização, assistência social, cultura, esporte e lazer.

Nossa unidade escolar tem como missão proporcionar às **crianças/estudantes** do nascimento aos dez anos e 11 meses com deficiência intelectual e/ou múltipla, um espaço para viverem a infância, promovendo aprendizagens, desenvolvimento, e produção de conhecimento e cultura. Incentivando momentos e vivências que garantam o acesso aos direitos de aprendizagem e campos de experiência.

Objetivos APAE de Goiânia

- ☐ Possibilitar o desenvolvimento do potencial da pessoa com deficiência, melhorando sua qualidade de vida;
- ☐ Propiciar condições para que sua individualidade se manifeste e possa ser adequadamente administrada;
- ☐ Oferecer diferentes possibilidades técnicas e instrumentais para melhor preparar a pessoa com deficiências para a vida em sociedade;
- ☐ Sensibilizar a sociedade para a causa da pessoa com deficiência, reduzindo os preconceitos, ampliando sua consciência quanto ao seu papel e posicionando-se frente a APAE e ao portador de deficiência;
- ☐ Assegurar a observação e divulgação dos direitos da pessoa com deficiência.

Objetivos do Centro de Educação Especial Helena Antipoff, escola especial da APAE Goiânia – Modalidade Ensino Especializado (EE)

- ☐ Favorecer a efetivação dos direitos das **crianças/estudantes**;
- ☐ Possibilitar que as relações humanas sejam mediadoras do processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- ☐ Promover uma ação educativa profissional, organizada e intencional;
- ☐ Organização do tempo e espaço institucional, priorizando a **criança/estudante** e a vivência da infância;
- ☐ Oferecer oportunidade para a criança/estudante ampliar suas experiências;

- ☐ Mediar e favorecer a apropriação e a produção de diferentes conhecimentos pela criança/estudante;
- ☐ Garantir a execução da proposta curricular, baseada no DCGO ampliado para Educação Infantil/Ensino Fundamental.

Objetivos do Centro de Educação Especial Helena Antipoff, escola especial da APAE Goiânia - Atendimento Educacional Especializado – AEE

- ☐ Oferecer Atendimento Educacional Especializado às **crianças/estudantes** de 06 (seis) meses a 7 (sete) anos e 11 (onze) meses.
- ☐ Promover ações que identifiquem os obstáculos que impedem ou limitam a aprendizagem e o desenvolvimento das **crianças/estudantes** e criar possibilidades para a superação dessas barreiras, proporcionando acessibilidade à educação, à cultura, ao lazer, ao trabalho, à saúde, enfim a ser cidadão.
- ☐ Articular condições que possibilitem a equipe de trabalho realizar a avaliação diagnóstica e processual das crianças/estudantes, visando estabelecer estratégias e intervenções pedagógicas que propiciem o processo de ensino/ aprendizagem;
- ☐ Promover uma prática pedagógica pautada no saber que considera e valoriza as particularidades de cada **criança/estudante**;
- ☐ Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais das unidades educacionais, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos estudantes nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais.
- ☐ Proporcionar momentos nos quais a **criança/estudante** possa potencializar sua aprendizagem, dentro das possibilidades/limites que lhes são disponíveis;
- ☐ Desenvolver estratégias e intervenções pedagógicas que possam potencializar e promover a integração das funções mentais, priorizando as relações existentes entre: Área de comunicação e tecnologia assistiva, área de desenvolvimento cognitivo, área psicomotora.

○ **1.4 Organização e Funcionamento**

O atendimento educacional desta escola, com convênio total com a SME Goiânia, destina-se às crianças/estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, modalidade ensino especial, do nascimento aos dez anos e 11 meses, e no Atendimento Educacional Especializado, às crianças/estudantes de 6 meses a sete anos e onze meses, matriculadas na Rede Regular de Ensino do Município de Goiânia.

Dito isto, estamos pleiteando a ampliação do nosso quadro de atendimento, uma vez que a partir do ano de 2023 tivemos o aumento gradativo das salas de aula/faixa etária. Até atingirmos o 5º ano do ensino fundamental. Começando em 2023 com o 1º ano, em 2024 o 2º ano, 2025 o 3º ano, 2026 o 4º ano e 2027 completando a primeira fase com o 5º ano. Passando então a funcionarmos como Instituição de Educação Infantil e primeira fase do Ensino Fundamental.

O horário de funcionamento da Instituição é das 7:00 às 11:15, e das 13:00 às 17:15.

A escolarização está organizada atualmente para atender 18 turmas de Educação Infantil na modalidade de ensino especializado, sendo 9 no matutino e 9 no vespertino, e oito oficinas de A.E.E em cada turno, matutino e vespertino.

As turmas de AEE são divididas em 2ª e 4ª, 3ª e 5ª, sendo 02 (duas) em cada turno.

Considerando a importância da relação entre professores do Ensino regular e AEE são desenvolvidos momentos de articulação e escuta da unidade educacional e família.

○ **1.5 Recursos humanos – Caracterização geral dos profissionais da instituição: Recém concursados, veteranos e experiência profissional.**

O Centro de Educação Especial Helena Antipoff é composto pelo seguinte grupo de servidores: 1 (um) diretor (a) – 60h; 1 (um) secretário geral – 40h; 2 (dois) professores coordenadores pedagógicos - 60h; 2 (dois) professores coordenadores de turno - 30h; 1 (um) auxiliar de secretaria – 40h; 2 (dois) merendeiros (as) – 30h, 1 (um) readaptado administrativo/auxiliar apoio operacional – 30h; 6 (seis) porteiros serventes – 30h; 4 (quatro) auxiliares de atividades educativas – 30h.

Total de professores PE -II: 2024, 52 (cinquenta e dois); 2025, 58 (cinquenta e oito); 2026, 60 (sessenta); 2027, 62 (sessenta e dois).

Quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação:

NOME	FORMAÇÃO	VÍNCULO	TURNO
DIRETOR – FUNÇÃO 700 (60h)			
Lucimeire de Brito Pinheiro	Pedagogia	N/AC	MAT/VESP
PROFESSOR COORDENADOR – FUNÇÃO 734 (30h)			
Joelma Silva Oliveira	Pedagogia	N/AC	MAT/VESP
Mariana Elias Melo de Deus	Pedagogia	N	MAT/VESP
SECRETÁRIO GERAL – FUNÇÃO 701 (40h)			
Diego Rocha	Design gráfico / Pedagogia	N	MAT/VESP
AUXILIAR DE SECRETARIA – FUNÇÃO 750 (40h)			
Adriana Trindade Bicca	Pedagogia	N	MAT/VESP
MERENDEIRA – FUNÇÃO 753 (30h)			
Andreza Rosendo de Liro	Ensino Médio	N	MAT
Marlice de Araujo Cardoso Silva	Ensino Médio	CE	VESP
READAPTADO ADM / AUX. APOIO OPERACIONAL (30h)			
Lairne Maria Lessa Duarte	Ensino Médio	N	VESP
PORTEIRO SERVENTE – FUNÇÃO 752 (30h)			
Alexsandra Soares da Silva Mello	Ensino Médio	CE	MAT
Pollyana Noronha da Silva	Ensino Médio	N	MAT
Willian Gonçalves da Silva	Ensino Médio	N	VESP
Maria José Rodrigues dos S Magalhães	Ensino Médio	CE	VESP
Obs.: temos 2 déficits de porteiro servente.			
AUXILIAR DE ATIVIDADES EDUCATIVAS – FUNÇÃO 668 (30h)			
Lucas Tavares Cavalcanti	Ciências Contábeis	N	MAT
Núbia Gonçalves Guimarães	Letras / Pedagogia	N	MAT
Mariana Rafaela Nascimento	Gestão de RH	N	VESP
Rúbia Sousa Bastos	Ciências Contábeis	N	VESP

O corpo docente do centro é composto por **52 profissionais de educação (até dezembro de 2024)**, sendo: 28 professores que atendem o EE, 04 professores que atendem a Estimulação precoce (Programa Primeiros Passos – PPP) e 20 professores que exercem a função docente no AEE, conforme o quadro abaixo:

Nº	NOME	FORMAÇÃO	VÍNCULO	TURNO
	PROFESSOR REGENTE DE ENSINO ESPECIAL – FUNÇÃO 709 (30h)			
01	Adriana Socorro Dias Martins	Pedagogia	N	MAT
02/03	Alessandra Amaral Oliveira	Pedagogia	N	M/V
04	Ana Karla Pereira Silva (LIP)	Educação Física	N	VESP
05	Bárbara Andressa M. R. Mesquita	Educação Física	N	MAT
06	Cláudia Vieira de Santana	Educação Física	N	MAT
07	Cristina Lima dos Santos	Pedagogia	N	VESP
08/09	Denise de Souza	Educação Física	N/AC	M/V
10/11	Deusirene Noleto S. Sampaio	Pedagogia	N	M/V
12	Divina Rabelo Silva	Pedagogia	N	MAT
13	Elaine Izabel da Silva Cruz	Educação Física	N	MAT
14	Ellen Bueno Machado	Pedagogia	N	VESP
15	Geni de Oliveira Leão Abrão	Educação Física	N	MAT
16	Geovana Caroline Santos Pereira	Pedagogia	N	MAT
17/18	Geruza Moraes Passos	Pedagogia	N	M/V
19	Gláucia Honorato Mendes Malta	Pedagogia	N	VESP
20	Henrique Batista Almeida (LIP)	Pedagogia/Psicologia	N	MAT
21	Ivana Alves Amorim	Pedagogia	N	MAT
22/23	Juliana Marques de O. Santos	Educação Física	N	M/V
24/25	Kamilla Alves Paraguassu Vieira	Pedagogia	N	M/V
26	Katia Patrícia Medeiros Silva	Educação Física	N	VESP
27	Kênnia Lopes da Silva	Pedagoga	N	VESP
28	Luiza Rodrigues dos Santos	Pedagoga	N	VESP
29/30	Mara Rúbia de Sousa Silva	Pedagogia	N/AC	M/V
31	Marcelo de Freitas Santos	Pedagogia	CE	VESP
32	Márcia Cristina Scalzitti Alves	Pedagogia	N	VESP
33	Maria Divina Correia	Pedagogia	N	MAT
34	Maristela Ferreira Branquinho	Pedagogia	CE	MAT
35	Mércia Caroline Otto de Moraes	Educação Física	N	VESP
36	Míriam Gomes Avelar de Moraes	Pedagogia	N	VESP
37	Rita de Cássia Borges	Pedagogia/Psicologia	N	MAT
38/39	Roberta Barbosa de Souza Filha	Pedagogia	N	M/V
40	Rosanni Saturnino Ferreira	Pedagogia	N	VESP
41/42	Rosiane Xavier Damasceno	Pedagogia	N	M/V

43	Sandra Alves de Carvalho Costa	Pedagogia	N	VESP
44	Shislene das Graças Lobo	Pedagogia	N	MAT
45/46	Susana Elisabete Ehrhardt	Pedagogia	N	M/V
47	Tainara Miranda Godoi	Educação Física	N	VESP
48	Tânia Aparecida Novais Valente	Pedagogia	N	MAT
49	Thereza Rachel Chaves Cruvinel	Pedagogia	N	VESP
50	Tônia Gonzaga Belotti	Pedagogia/Musicoterapia	N	MAT
51	Valéria de Siqueira Gonçalves	Pedagogia	N	MAT
52	Déficit de subst. vaga TAC	Pedagogia	N	VESP

Professores substitutos:

1	Sheila Oliveira Rotulo (Substituição da Prof. Ana Karla)	Educação Física	CE	VESP
2	Livia Vieira Arcanjo dos Santos (Substituição da Prof. Tânia Aparecida)	Pedagogia	CE	VESP

Considerando a ampliação para atendimentos das crianças/estudantes do Ensino fundamental 3º, 4º e 5º anos, em 2025, 2026 e 2027 respectivamente, o quadro de professores passará para um total de 58 professores em 2025, 60 professores para 2026, 62 professores para 2027, conforme os quadros complementares abaixo descritos:

2025:

53	Professor para 3º ano	Pedagogia		MAT
54	Professor para 3º ano	Pedagogia		VESP
55	Professor do Programa PPP	Pedagogia		MAT
56	Professor do Programa PPP	Pedagogia		VESP
57	Professor de música Ensino Fundamental	Pedagogia		MAT
58	Professor de música Ensino Fundamental	Pedagogia		VESP

2026:

59	Professor para 4º ano	Pedagogia		MAT
60	Professor para 4º ano	Pedagogia		VESP

2027:

61	Professor para 5º ano	Pedagogia		MAT
62	Professor para 5º ano	Pedagogia		VESP

Atendimento dos profissionais contratados pela Instituição Mantenedora:

Serviços oferecidos pelos profissionais cedidos pela APAE Goiânia:

- Serviço de Triage - tem por objetivo contribuir com a família no encaminhamento do usuário, verificando o perfil e sua adequação aos serviços prestados pela APAE de Goiânia, bem como, encaminhá-lo a um dos Centros da Instituição ou aos recursos da comunidade. Os agendamentos para triagem são efetuados independente de haver vagas nos Centros da APAE, considerando que uma vez realizada a triagem, as famílias podem ser orientadas a procurar recursos existentes na comunidade. O interessado passará por entrevista com a Assistente Social, com o psicólogo e com a enfermeira. Entrevista com o neurologista e quando houver indicação da equipe, com o psiquiatra e fisiatra. Concluída a fase de avaliação o prontuário é levado para uma reunião semanal, com a presença de técnicos que participaram da triagem, coordenadores pedagógicos e assistentes sociais para conclusão e discussão dos encaminhamentos possíveis.
- Serviço de Atendimentos Clínicos - são os atendimentos prestados pelos profissionais de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Musicoterapia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia respiratória, Psicopedagogia, Odontologia, Audiologia e consultas médicas (Neurologia, Psiquiatria e Fisiatra). Todos estes profissionais são ofertados pela APAE Goiânia e prestam atendimento às crianças/estudantes do Ensino Especializado. As crianças/estudantes do AEE são ofertados atendimentos médicos, odontológicos e de audiologia.
- Serviço Social na escola - Realiza um trabalho de acompanhamento das crianças/estudantes e das famílias quanto aos problemas sociais que venham a interferir gerando disfunções no eixo social; grupos de convivência e atendimento individuais com as mães buscando auxiliá-las no processo de aceitação, estimulação e até mesmo questões pessoais, e encaminhamento para recondução do equilíbrio das crianças/estudantes no ambiente escolar e familiar.

○ **1.6. Recursos Financeiros**

Grande parte dos recursos financeiros que mantêm a escola são provenientes de doações recebidas pela APAE Goiânia (Instituição mantenedora) através do Tele APAE e convênios com outras secretarias, como da Educação e Saúde.

Recebemos verbas do FMMDE, e a Secretaria Municipal Educação nos orienta quanto ao destino e prestação de contas dessa verba repassada à nossa Instituição. Portanto a mesma é destinada para compras de materiais pedagógicos, materiais não permanentes e de limpeza. Fazemos o levantamento quanto à necessidade destes materiais para então efetuarmos as compras.

○ **1.7. Condições físicas e materiais**

O Centro de Educação Especial Helena Antipoff, escola especial da APAE de Goiânia, possui 11 salas de escolarização, 6 salas de AEE, 1 laboratório de informática e 1 sala de música, 1 sala para coordenação do AEE, 1 sala para secretaria, , 1 auditório, 1 cozinha, 1 sala de Serviço Social, 1 sala / refeitório de apoio para as famílias com banheiro, 1 oficina de artesanato para as famílias, 1 piscina, 1 pátio coberto e 1 pátio aberto, ambos estruturados com brinquedos diversos; 2 banheiros / trocadores para as crianças/estudantes, sanitários feminino e masculino para os familiares e 2 para profissionais, 1 adaptado para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

As salas de atendimento educacional especializado são equipadas com mobiliário, materiais, jogos e equipamentos diversos de acordo com a necessidade do atendimento, dispondo de aparelho de som, computadores, jogos e brinquedos pedagógicos; mobiliário adequado ao tamanho das crianças/estudantes e/ou necessidade específica.

Acessibilidade dos Centros de AEE:

A escola possui rampas de acesso, elevador para cadeirantes e estrutura em conformidade com as normas de acessibilidade. Os banheiros destinados às crianças/estudantes são adaptados para melhor atender suas necessidades de uso.

Os recursos pedagógicos são acessíveis de acordo com os atendimentos oferecidos às crianças/estudantes, a partir dos objetivos e das atividades propostas por cada área de atendimento, expressas no plano de ação anual e nos projetos por área. Dispondo de materiais didáticos acessíveis, recursos de tecnologia assistiva, suporte na comunicação alternativa e aumentativa, entre outros recursos para favorecer a acessibilidade das nossas crianças/estudantes.

❖ EIXO 2 – PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES

○ 2.1. Sociedade e Educação

Compreende-se que a Educação Infantil/Ensino Fundamental tem importante função no processo de desenvolvimento das crianças/estudantes por possibilitar a constituição de vínculos afetivos extrafamiliares. Esses vínculos proporcionam aprendizagens por meio das interações entre criança/estudante-educador e criança/estudante-criança/estudante, uma vez que o contexto escolar apresenta situações de socialização estruturadas e diversas, diferindo do ambiente familiar.

A Educação Infantil/Ensino Fundamental atua de forma complementar à educação familiar, oferecendo atividades pedagógicas que buscam ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças/estudantes. Diante disso, a parceria entre a instituição e a família é essencial para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças/estudantes.

Na Educação Infantil e primeira fase do Ensino Fundamental o cuidar e educar são práticas que se complementam. Em se tratando do cuidado, esse pode ser definido como:

[...] valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados (BRASIL, 1998).

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil/ primeira fase do Ensino Fundamental significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança/estudante em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano.

O cuidador precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças/estudantes, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças/estudantes, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais. Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado.

○ **2.2. Sujeitos**

Percebemos a crianças/estudantes como sujeito ativo de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

○ **2.3. Aprendizagem e desenvolvimento**

Sabemos da importância da transmissão da cultura entre gerações. Reconhecemos também que esta cultura não só se transmite, como também se transforma pela vivência, pela compreensão do mundo e pela forma particular como cada indivíduo apreende esse mundo. Crianças/estudantes também são indivíduos. O que as crianças/estudantes aprendem não é o resultado automático do que lhes é ensinado. Uma criança/estudante protagonista ativa aprende como consequência de suas próprias realizações, ou seja, pelo diálogo, pela interação com os outros, pela experiência da vida coletiva com seus pares, com a cultura e com os adultos significativos.

Assim, a experiência não pode ser confundida como experimento relacionado a verificação de hipóteses, manipulação de objetos e nem como sinônimo de informação. Está relacionada com a trajetória de cada sujeito no mundo e com os sentidos e significados atribuídos ao que lhe acontece. Portanto, não é possível o mediador saber

exatamente quais as situações e vivências se constituirão para cada criança/estudante em experiência, porque o saber gerado é singular, único e irrepetível. Daí a instituição se constituir no espaço educacional que produz e valoriza as incompletudes, a diferença, a diversidade, a heterogeneidade e a pluralidade de ideias.

Temos plena consciência de que as crianças/estudantes são capazes, de um modo muito peculiar, de extrair significado de suas experiências cotidianas, envolvendo processos mentais de planejamento, coordenação de ideias e abstrações. O papel primordial de nós adultos é ativar nas crianças/estudantes, de forma indireta, a competência de extrair significados, interpretar gestos, palavras e ações que formarão as bases para suas futuras aprendizagens. O modo como o adulto se relaciona com a criança/estudante influencia o que as motiva e o que elas aprendem.

A Primeira Infância – e a maneira como ela é vivida – tem ligações diretas com o desempenho cognitivo, físico e emocional por toda a vida. Um bom ambiente de/para aprendizagem deve ser preparado para permitir interligar os campos cognitivos e os da relação e afetividade, o pensamento e a ação, a autonomia individual e a capacidade de trabalhar em grupo. O ambiente também deve propiciar que as crianças/estudantes se expressem em diferentes linguagens simbólicas, em contextos e em processos. Esse espaço físico e social deve fomentar a comunicação e a construção de redes de trocas recíprocas entre as crianças/estudantes e entre estas e os próprios adultos.

O envolvimento das crianças/estudantes na gestão de atividades constitui-se como uma oportunidade para a construção de pensamento e linguagem que, operando juntos na formação de ideias, planejamento, execução, regulação, explicação e discussão, promovem o desenvolvimento de suas competências de autonomia.

Educar uma criança/estudante envolve compartilhar ideias, discutir pontos de vista, apoio e solidariedade entre escola, profissionais e família. Envolve escutar atentamente para aprender a observar o que as crianças/estudantes fazem, como refletem, equacionam hipóteses e mostram caminhos que possibilitam outras experiências. Essa escuta e observação só ganharam significados se forem criadas condições ambientais e organizacionais que articulem desenvolvimento e aprendizagem. Uma dessas condições ambientais diz respeito ao brincar.

Foram vários os pensadores que defenderam a ludicidade como uma prática essencial no ato educativo. Pestalozzi considerava que a escola deveria trabalhar

conceitos como responsabilidade e normas de cooperação recorrendo ao jogo. Dewey defendeu que as crianças/estudantes deveriam aprender segundo seus interesses e que a aprendizagem só seria possível em ambiente natural, verificando-se que em um jogo a criança/estudante seria mais espontânea. Piaget considerava o jogo como meio para o desenvolvimento intelectual e para Vygotsky a brincadeira era resultado das influências sociais que a criança/estudante recebia do meio envolvente.

Apesar da observação desses importantes pensadores, a brincadeira ainda não é amplamente reconhecida como uma forma natural de aprender de uma criança/estudante. Diferente do que muitos ainda acreditam, o brincar não se restringe a uma ação de simples entretenimento. O brincar envolve atividades que estimulam a criança/estudante e aprimoram comportamentos relacionados à persistência e à concentração. Qualquer atividade que inclua ludicidade fortalece a implicação da criança/estudante, abre um campo semântico de observação e cria desafios que alargam e aprofundam seus interesses.

Nesse campo do brincar a comunicação expressa-se de modo livre e garante a circulação de ideias, a partilha de atividades e a cooperação. Até mesmo em pequenos conflitos as crianças/estudantes constroem, em conjunto, seu conhecimento sobre o mundo.

Longe da lógica assistencialista que via a criança/estudante como um ser carente, frágil, dependente e passivo – e que justificou a construção de rotinas e procedimentos rígidos que a mantinham direta e exclusivamente dependente do adulto, a nova concepção de cuidado é entendida como afeto, acolhimento, segurança, interação, estimulação e brincadeira. Nessa concepção, são incentivadas atividades que propiciem exploração e descobertas para valorizar a criança/estudante singular, que sente e pensa o mundo com as peculiaridades próprias das interações entre as pessoas e o meio que as circundam. Afinal, a criança/estudante não vai se tornar um sujeito, ela já é um e necessita viver numa rede com a qual possa se identificar e se sentir compreendida e reconhecida. O nosso grande desafio é olhar a criança/estudante como um ser humano único e irrepetível, cujo trajeto de desenvolvimento e experiência também são únicos.

❖ EIXO 3 – CURRÍCULO

○ 3.1. Currículo e organização curricular

Independente do público, seja ele composto por crianças/estudantes sem deficiência ou com deficiência, a concepção de currículo deve estar ligada a uma visão de conhecimento como algo que se constrói, em permanente transformação, em uma relação interativa com o contexto histórico-cultural, com dimensões políticas, sociais e pedagógicas. Isso porque, os objetivos do ato educacional devem girar em torno da apropriação de saberes que possibilitam o exercício da cidadania, a igualdade de oportunidades independente de sua modalidade enquanto ensino especial, utilizando de práticas pedagógicas inclusivas, proporcionando condições para a aprendizagem por meio da valorização de diversas formas de aprender, de compreender o mundo e de dar significado a ele.

Pode ser comparado a um conjunto de ações para organização dos saberes, como processamento de informações para a construção do conhecimento e formação dos sujeitos sociais. O currículo é, portanto, dinâmico, flexível, envolvendo todas as ações e relações desenvolvidas no interior da escola em seus diferentes contextos.

O conceito de currículo tem evoluído ao longo do tempo, pois reflete as certezas e contradições de cada momento histórico, referindo-se à relação entre sociedade e escola. Atualmente, essa relação é percebida de uma forma mais ampla. A instituição é vista hoje como um espaço educativo que promove a aprendizagem e o desenvolvimento da criança/estudante, sendo um espaço de socialização, de construção de identidades, de exercício da autonomia e proteção e resgate de direitos.

“Explicitar o currículo em uma proposta pedagógica representa apontar as experiências a serem trabalhadas com as crianças organizando todos os saberes, conhecimentos, valores e práticas que possibilitam o cuidar e educar crianças...” (SALLES e FARIA, 2007, p. 32).

Nesse sentido, entendemos que o currículo não é algo pronto e acabado, pensado pelos órgãos governamentais (MEC e Secretarias de Educação). Ele traduz as necessidades, anseios, valores e princípios daqueles que estão envolvidos com o processo educativo: profissionais, famílias e crianças/estudantes. Ele acontece no espaço escolar, com a criança/estudante, com os profissionais que têm um papel fundamental na sua elaboração e desenvolvimento e com o envolvimento das famílias.

Implica na responsabilidade da comunidade escolar em relação à sua construção, pois traduz as escolhas e decisões de todos, considerando as concepções de criança/estudante, sociedade, infância, avaliação, aprendizagem e conhecimento que queremos ver instituídas na prática cotidiana.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI/2009) percebemos um aprofundamento da discussão sobre o currículo na Educação Infantil, elegendo as brincadeiras e as interações como aspectos estruturantes do currículo.

As DCNEI/2009, em seu artigo 9º, apontam as experiências fundamentais que devem ser garantidas às crianças; experiências que:

- I. promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- II. favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- III. possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- IV. recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
- V. ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- VI. possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- VII. possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;
- VIII. incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- IX. promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X. promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI. propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII. possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos. (BRASIL, 2009).

Nesta mesma perspectiva, a “Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018)” como documento de caráter normativo, apresenta novas propostas para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil e as principais mudanças para essa etapa. O documento esclarece quais são os direitos de aprendizagem, explica quais são os cinco campos de experiência e valida o conceito do cuidar e educar; formação do vínculo; incentivo a autonomia; mesma idade, ritmos diferentes; Escuta Ativa; Exploração livre ou espaços planejados e Organização do tempo.

A BNCC/2018 esclarece os seis Direitos de Aprendizagem e os cinco Campos de experiência:

Direitos de Aprendizagem

1- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

2- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

3- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- 4- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- 5- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- 6- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Campos de Experiência:

1- Traços, sons, cores e formas

As crianças vivem em ambientes onde, a cada momento, ocorrem situações envolvendo pessoas, atividades, espaços, objetos e materiais que elas buscam perceber, reconhecer, significar e representar, e o fazem pela apropriação de diferentes linguagens e recursos, como suas sensações, afetos e desejos, sua corporeidade, sua linguagem verbal, sua percepção das ações de seus parceiros e sua atenção voltada para os aspectos materiais do ambiente.

Este campo destaca experiências nas quais as crianças/estudantes tenham a oportunidade de perceber o ambiente como composto de TRAÇOS, SONS, CORES e FORMAS, oferecendo condições para sentirem a consistência da terra ou areia, criar misturas, colecionar coisas, modelar com argila, criar tintas, explorar formas coloridas, texturas, sabores, sons e também silêncios, em um espaço acolhedor, cheio de visualidades e sonoridades, promovendo o desenvolvimento da expressividade e da criatividade infantil e abrindo caminhos para o desenvolvimento de sua afetividade.

2- O eu, o outro e o nós

O processo de construção da identidade da criança é central para o seu desenvolvimento. Acontece ao longo de toda a vida, mas é particularmente intenso durante a Educação Infantil.

Esse campo destaca experiências que possibilitem às crianças, na interação com outras crianças e adultos, viverem situações de atenção pessoal e outras práticas sociais, nas quais aprendem a se perceber como um EU, alguém que tem suas características, desejos, motivos, concepções, a considerar seus parceiros como um OUTRO, com seus desejos e interesses próprios, e a tomar consciência da existência de um NÓS, um grupo humano cada vez mais ampliado e diverso. Nesse processo, vão se constituindo como alguém com um modo próprio de agir, sentir e pensar. A ênfase neste campo de experiências está ligada à constituição de atitudes nas relações vividas ao longo de toda a permanência da criança na unidade de Educação Infantil, abrindo caminho para outras aprendizagens.

3- Corpo, gestos e movimentos

Na primeira infância, o corpo é o instrumento expressivo e comunicativo por excelência, que serve de suporte para o desenvolvimento emocional e mental, sendo essencial na construção de afetos e conhecimentos.

Esse campo destaca experiências nas quais o CORPO, os GESTOS e os MOVIMENTOS constituem linguagens das quais as crianças, desde cedo, fazem uso, e que as orientam em relação ao mundo. O referido campo destaca experiências ricas e diversificadas, em que gestos, mímicas, posturas e movimentos expressivos constituem uma linguagem vital com a qual as crianças percebem e expressam emoções, reconhecem sensações, interagem, brincam, ocupam espaços e neles se localizam, construindo conhecimento de si e do mundo.

Destaca-se também que a capacidade de nomear, identificar e ter consciência do próprio corpo, assim como a construção de uma autoimagem positiva, estão associadas as oportunidades oferecidas às crianças para expressão e conhecimento da cultura corporal da sociedade em que vivem.

4- Escuta, fala, pensamento e imaginação

A aproximação de diferentes linguagens traz para o cotidiano das unidades de Educação Infantil momentos de ESCUTA, no sentido de produzir/acolher mensagens orais, gestuais, corporais, musicais, plásticas, além das mensagens trazidas por textos escritos, e de FALA, entendida como expressar/interpretar não apenas pela oralidade,

mas também via linguagem de sinais, pela escrita convencional, não-convencional, pela escrita braile e pelas danças, desenhos e outras manifestações expressivas.

Este campo ressalta experiências que evidenciam a estreita relação entre os atos de fala e escuta e a constituição da linguagem e do pensamento humano desde a infância. Destaca-se a experiência da criança com a linguagem verbal em diálogo com outras linguagens, desde o nascimento, de modo a ampliar não apenas essa linguagem, mas também o PENSAMENTO (sobre si, sobre o mundo, sobre a língua) e a IMAGINAÇÃO.

5- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Temas como animais, plantas, sustentabilidade do ambiente, vida cotidiana, produção de bens e economia, nossa cidade, organizações sociais, e atividades que lidam com números, tem orientado o trabalho na Educação Infantil. Esses e outros temas, no entanto, precisam ser tratados discutindo noções de espaço, de tempo, de quantidade, de relações e de transformações de elementos, quando se pretende motivar a criança a ter um olhar mais crítico e criativo do mundo, promovendo-lhe aprendizagens mais significativas.

Neste campo, destacam-se experiências nas quais as crianças falam, descrevem, narram, explicam e fazem relações, requisitos fundamentais para a construção e ampliação de saberes. As vivências cotidianas delas na unidade — construir um castelo como cenário de um faz de conta, procurar um tatu-bola no jardim, cuidar de plantas e de animais, colecionar objetos, movimentar-se por diferentes espaços com diversos desafios, pensar sobre perguntas como: "Quanto tempo falta para o meu aniversário?", "Por que alguns objetos afundam e outros não?", "Por que existem alguns animais com penas e outros com pelos?", podem ser ricas oportunidades para a construção do raciocínio lógico, de noções de ESPAÇO e TEMPO, QUANTIDADES, de classificações, seriações etc., para a percepção de RELAÇÕES e de TRANSFORMAÇÕES nas situações, objetos e materiais observados ou manuseados, e para o desenvolvimento da sua imaginação.

Nossa trajetória:

O Centro de Educação Especial Helena Antipoff, escola especial da APAE de Goiânia, organizou sua proposta pedagógica ao longo dos anos com base nas

discussões do coletivo de profissionais que por aqui passaram e nas várias assessorias que teve durante sua trajetória.

Atualmente a instituição tem como proposta de trabalho atividades pedagógicas sob a forma de programas que são desenvolvidos anualmente, tendo como eixo norteador a estimulação essencial através da metodologia de projetos de trabalho. Tais projetos buscam considerar tanto as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento da criança/estudante da faixa etária atendida pela Instituição quanto seus interesses/necessidades.

Nessa etapa da Educação Básica, as crianças/estudantes constroem noções de identidade e subjetividade que precisam ser apoiadas. A postura do professor na condução das atividades da rotina é essencial ao aprendizado. Sendo os pontos mais importantes, os conceitos dos quais foram abordados junto à equipe pedagógica sobre o Cuidar e Educar; Formação de vínculo; incentivo a autonomia; mesma idade, ritmos diferentes; Escuta Ativa; Exploração livre ou espaços planejados e Organização do tempo. Visto o cuidar e educar como uma ação pedagógica de consciência, integrada ao desenvolvimento da criança/estudante respeitando as diversidades, o momento e a realidade, pertinentes a infância. Sendo necessário que o educador esteja em permanente estado de observação e vigilância para que suas ações não se transformem em rotinas mecanizadas. Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos e de maneira compartimentada, ou seja, fragmentada.

A formação do vínculo no âmbito da educação infantil é fundamental na construção do sujeito. A inter-relação da professora com o grupo de crianças/estudantes e das crianças/estudantes entre si, dá-se o tempo todo, na sala, no pátio ou nos passeios, e é em função dessa proximidade afetiva que se dá a interação com os objetos e a construção de um conhecimento altamente envolvente. A criança/estudante é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral.

O Incentivo a autonomia está diretamente ligado ao desenvolvimento da consciência moral, possibilitando que os indivíduos façam escolhas, tomem decisões e busquem por seus sonhos e desejos. Melhora a memória, o pensamento e até a capacidade infantil de resolver problemas, por meio de estratégias que possibilitem a compreensão, interpretação e adaptação à realidade.

Outro aspecto importante é colocar a criança/estudante como centro no processo educativo. O professor compreende que cada criança/estudante tem um tempo de desenvolvimento e aprendizagem. Pois, cada um é um ser único e individual, com sua história de vida e bagagem emocional. Devemos estimular e incentivar suas conquistas e superações, brincando, explorando e experimentando todos os ambientes e oportunidades possíveis para seu aprendizado, mas acima de tudo deixando-a ser criança/estudante.

A Escuta Ativa está relacionada a escutar o que a criança/estudante diz e atendê-la corporalmente, compreender suas angústias e preocupações. Agachar-se e colocar-se na mesma altura da criança/estudante estabelecendo assim uma comunicação efetiva com ela. Quando agachamos, olhamos em seus olhos e lhes falamos, elas percebem como é importante o que estão sentindo ou querem dizer. Por meio da linguagem corporal, não verbal, conseguimos entender melhor a mensagem que queremos transmitir. E com isso conseguimos entender e modificar uma conduta inadequada.

É importante que pensemos no espaço como influenciador nas atitudes e aprendizagem das crianças/estudantes, que irão priorizar ou não, as relações de socialização que irão estabelecer, as brincadeiras que irão criar. Deve ser planejado de maneira que permita que as crianças/estudantes tenham opção de escolhas e possam experimentar variadas atividades que venham proporcionar o desenvolvimento de diversas habilidades.

[...] a organização do ambiente traduz uma maneira de compreender a infância, de entender seu desenvolvimento e o papel da educação e do educador. As diferentes formas de organizar o ambiente para o desenvolvimento de atividades de cuidado e educação das crianças pequenas traduzem os objetivos, as concepções e as diretrizes que os adultos possuem com relação ao futuro das novas gerações e às suas ideias pedagógicas. Pensar no cenário onde as experiências físicas, sensoriais e relacionais acontecem é um importante ato para a construção de uma pedagogia da educação infantil (BARBOSA, 2006, p. 122).

A organização do tempo no cotidiano das crianças/estudantes pressupõe pensar em uma sequência básica de atividades diárias e o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças/estudantes, a partir, principalmente, de suas necessidades. A fim de possibilitar às crianças/estudantes um ambiente onde elas

possam interagir, brincar, se expressar, se divertir, ampliar o vocabulário, a linguagem escrita e a oral, desenvolver a coordenação motora fina e ampla, entre outros aspectos. A rotina tem que ser aberta e flexível, sendo organizado os diferentes momentos de acordo com a realidade de cada.

Dessa forma, por meio dos projetos de trabalho e dos planos de ação, as atividades são organizadas e implementadas no cotidiano pedagógico da escola por meio dos programas da nossa organização curricular: Programa Primeiros Passos, Atendimento Educacional Especializado, Programa de Atendimento Educacional Especializado, PROINESP, Programa de Educação Aquática, Música e Brinquedoteca.

Não temos receitas prontas para a ação pedagógica, mas propomos que os profissionais, a partir das situações vivenciadas, pensem formas de mediação adequadas às crianças/estudantes, selecionando as mais apropriadas e significativas a particularidade das crianças/estudantes com as quais trabalham. Para fazer isso, é fundamental que o profissional seja alguém que estude, discuta e perceba-se como autor de sua prática. As metodologias a serem adotadas:

[...] devem promover a interação entre as crianças e possibilitar a exploração dos espaços e dos objetos, e ao mesmo tempo, devem levar em consideração as necessidades de brincar, de conhecer o mundo e de se expressar por meio de diferentes linguagens. (SALLES e FARIA, 2007, p. 102)

Entretanto, gostaríamos de destacar que o trabalho organizado em projetos possibilita que as crianças/estudantes sejam instigadas em sua curiosidade e em seu desejo de aprender, construindo assim uma relação prazerosa com o conhecimento, que passa a ter sentido e significado para elas. Daí a importância de trabalhar com esta metodologia em nossa escola, pois envolve diferentes conhecimentos que se organizam em torno de uma produção, cuja escolha e elaboração são compartilhadas com as crianças/estudantes.

Salientamos que em nossa instituição estaremos abertos para as possibilidades máximas de trabalho com as crianças/estudantes, que “têm na curiosidade a chave para adentrarem o mundo” (SALLES e FARIA, 2007). Nossos profissionais devem estar sempre abertos ao imprevisível, desenvolvendo sua capacidade de escuta às necessidades e interesses das crianças que emergem no cotidiano do trabalho (SALLES e FARIA, 2007).

Através desta escuta poderá oferecer o acesso a várias experiências:

- ✓ Experiências corporais: sensoriais, expressivas, gestuais e de movimento;
- ✓ Experiências expressivas com as diferentes linguagens: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- ✓ Experiências com as diversas manifestações artísticas e tradições culturais;
- ✓ Experiências de narrativas, apreciação e interação com a linguagem oral e escrita;
- ✓ Experiências de relações matemáticas;
- ✓ Experiências sociais, éticas, afetivas, estéticas e lúdicas;
- ✓ Experiências de saúde, bem-estar, segurança, cuidado pessoal e auto-organização;
- ✓ Experiências de exploração do mundo natural e social e ampliação desse conhecimento;
- ✓ Experiências de cuidado com o ambiente;
- ✓ Experiências com brincadeiras e jogos;
- ✓ Experiências com a diversidade;
- ✓ Experiências de utilização de recursos tecnológicos.

Essa abertura é que irá possibilitar a construção de uma proposta curricular rica, plural, dinâmica e que garanta às crianças/estudantes acesso às diferentes linguagens e conhecimentos.

❖ EIXO 4 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E DA AÇÃO EDUCATIVA E PEDAGÓGICA

○ 4.1. Gestão Democrática:

No processo educativo a visão holística exige um dinamismo da instituição, sendo o gestor educacional um profissional do quadro de professores, portanto, um educador e mediador do processo. Os seus objetivos devem estar centrados na perspectiva de uma gestão democrática e educativa, buscando o desenvolvimento de um sistema aberto considerando e respeitando as diretrizes, os valores e as estratégias necessárias à construção de um cotidiano permeado por postura organizacional estimuladora, criativa, propensa ao respeito, ao amor, mansidão e a doçura nas relações humanas propiciando assim um sentido diferenciado para com o conhecimento em suas diferentes formas, para tanto é importante reiterar que as relações de trabalho no interior da escola deverão estar calcadas da participação coletiva.

Construímos uma prática de parceria, com incentivo à participação da família, respeitando suas crenças e concepções, promovendo o diálogo entre educadores e pais. Segundo Paro (1992, p. 39), se concebermos a comunidade – para cujos interesses a educação escolar deve-se voltar como real substrato de um processo de democratização das relações na escola, parece-me absurda a proposição de uma gestão democrática que não supunha a comunidade como sua parte integrante.

Sendo assim duas vezes ao ano acontece uma assembleia envolvendo todas as famílias junto com a presidência da Mantenedora, em que são repassadas informações sobre o andamento da Instituição, prestação de contas, votação da equipe gestora e ações que possibilitem o amplo desenvolvimento da criança/estudante. Elas são convidadas a participar de momentos de formação que acontecem em cada semestre denominado Encontro da Família, reuniões bimestrais e semestrais com direção, coordenação e equipe pedagógica onde podem acompanhar o desempenho escolar de seu filho com vistas à sua promoção para outro agrupamento, tanto dentro da Instituição APAE, como para rede regular de ensino.

Como temos firmado o compromisso com uma educação democrática, transformadora e cidadã, o conhecimento, o relacionamento transparente e a participação das famílias das crianças/estudantes na vida da escola precisa ser um aspecto fundamental em nossa proposta pedagógica.

Participação e atendimentos às famílias

O papel da família das crianças/estudantes na instituição é de suma importância, por compreender que a continuidade do trabalho em casa contribui significativamente para o crescimento esperado. A pontualidade, assiduidade nos trabalhos e nos atendimentos depende exclusivamente da vinda da criança/estudante na instituição e isto só é possível com o compromisso e envolvimento da família.

A participação da família torna-se cada vez mais importante no cotidiano da escola, no acompanhamento de suas ações, no centro de construção da cidadania e nas contribuições coletivas e tem como objetivo a integração entre escola e comunidade.

É necessário que haja cada vez mais, uma maior participação do núcleo familiar, na ação educativa, especialmente as famílias que têm pessoas com necessidades especiais.

Construímos uma prática de parceria, com incentivo à participação da família, respeitando suas crenças e concepções, promovendo o diálogo entre educadores e pais.

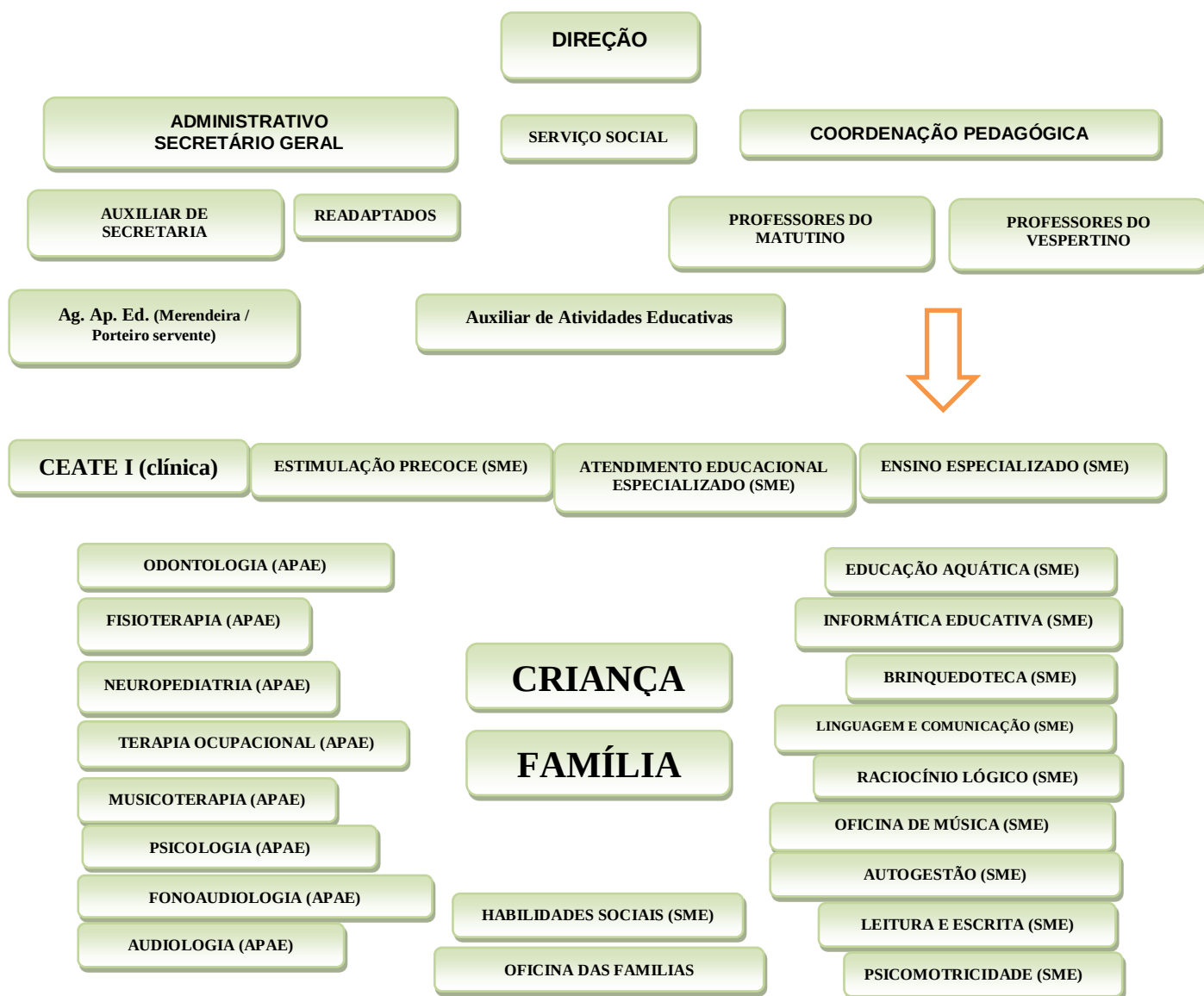
Buscando fortalecer a relação com os pais estimuladores, promovemos dois encontros de formação da Família Apaeana durante o ano, encontro este em que oferecemos momentos de formação dos pais e de lazer. Organizamos também momentos de comemoração para datas festivas com todas as famílias, como por exemplo, Culto Ecumênico de Páscoa, festa Junina, Jogos Internos e Natal.

Temos uma realidade diferente da maioria das escolas, pois as famílias ficam na instituição durante o período em que as crianças/estudantes estão em atendimento. Durante este tempo que permanecem aguardando seus filhos, buscamos incluí-los em muitas programações, como por exemplo, grupo de convivência (terapia em grupo com um psicólogo e assistente social), grupo de técnicas com equipe de fonoaudiologia e terapia ocupacional, acompanhamento nutricional com nutricionista, terapia com psicologia, enfim, são inúmeras atividades oferecidas às famílias.

No início dos semestres, promovemos um momento com os pais com o intuito de apresentar a eles nossa proposta de trabalho para o ano, incluindo todos os programas desenvolvidos e projetos propostos. Colocamos na porta das salas o planejamento semanal, para que os pais tenham acesso ao que as professoras irão trabalhar com seus filhos neste período. E foi interessante, pois a partir daí muitos passaram a perguntar no final do dia como foi à atividade.

ORGANIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

ORGANOGRAMA



○ 4.2. Planejamento da organização do trabalho

A organização do trabalho pedagógico tem por objetivo iniciar, fortalecer e promover bases formativas para vivências acadêmicas significativas para o projeto de vida das crianças/estudantes. Neste trabalho, o protagonismo do professor é fundamental para o exercício do protagonismo da criança/estudante. Ao considerar as crianças/estudantes protagonistas e produtores de conhecimento e cultura, a ação educativa pede maior abertura ao outro, passando por um redimensionamento em que ouvir, dialogar, exercitar a empatia, formular e reformular novos significados/conceitos é fundamental. O trabalho pedagógico pressupõe a presença dos sujeitos

protagonistas dessa ação. As atividades são organizadas pelo professor e vivenciadas pelas crianças/estudantes, não de forma linear e unilateral, mas dinâmica e interativa, assim o trabalho pedagógico é permeado pelos interesses e reações das crianças/estudantes.

As atividades precisam ser construídas com a criança/estudante e devem perpassar o afetivo, lúdico, social e pedagógico, considerando o desenvolvimento global da criança/estudante. A própria prática proposta pela escola abre muitas oportunidades para os professores, pois as atividades podem ser incluídas no dia a dia da criança/estudante de forma acessível e funcional.

A proposta pedagógica é a identidade de uma escola que, atualmente, perpassa os muros físicos da instituição. Revela seu contexto, sua história, suas crenças, seus valores e concepções e, a partir disso, os princípios e diretrizes que orientam sua ação de cuidar e educar. Faz-se, então, necessário que o trabalho pedagógico organize a rotina como sequência pensada, valorizando o tempo e o espaço das crianças/estudantes no ambiente escolar/familiar.

A criança/estudante é um sujeito histórico e de direitos, ela se desenvolve pelas relações e práticas educativas e pelas interações com adultos e outras crianças/estudantes. Dessa forma, é importante refletir a organização do meio em que a criança/estudante está inserida.

A organização do trabalho pedagógico deve fazer com que a criança/estudante se aproprie do mundo dos objetos e das relações. A criança/estudante deve estar num ambiente onde se sinta acolhida, segura e satisfeita, capaz de lidar com seus anseios, num ambiente rico em experiências, essencial para a construção de sua identidade e autonomia.

A proposta pedagógica deve ter como objetivo garantir à criança/estudante o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens. Deste modo, o professor precisa estar em constante reflexão diante de seu trabalho em parceria com a família.

É necessário conhecer a realidade das crianças/estudantes, bem como organizar o tempo e o espaço, para que o trabalho pedagógico possa ser realizado de forma significativa. Portanto, paralelo ao espaço e os materiais, deve-se pensar na organização da rotina, já que a ordem e a sequência das atividades contribuem para

a criança/estudante sentir-se segura e compreender o contexto em que está vivenciando.

A rotina é uma categoria pedagógica cujo desafio é o desenvolvimento do trabalho cotidiano nas instituições de Educação Infantil, sua organização e atendimento à criança/estudante, exercendo a função de organizar o trabalho do educador, exigindo ser um momento único, mágico e de desenvolvimento pleno.

A rotina deve ser organizada de maneira que seja possível dar atenção aos cuidados pessoais e à aprendizagem, cabendo aos professores e colaboradores institucionais elaborem projetos e atividades bem como acompanhem e orientem as famílias. Algumas características devem ser destacadas quando se pensa a palavra rotina, tais como a ideia de repetição, o tempo desperdiçado, a sequência de ações e a produção cultural de organização da cotidianidade.

É fundamental considerar as necessidades de quem vivencia essa rotina em sala de aula, pois serão eles que definirão como será exposta essa sequência. No entanto, organizar a rotina com as crianças/estudantes proporciona noção e compreensão de tempo, além de desenvolver o papel ativo na construção deste contexto. Os ambientes devem possibilitar expressões e linguagens das crianças/estudantes, convívio e diversidade, valores, construção da identidade, cooperação e autonomia.

A rotina necessita de uma consciência crítica do professor e da família em compreender que a mesma é responsável pela organização e cumprimento das metas do dia a dia escolar, visando o aprendizado e desenvolvimento integral da criança/estudante.

Barbosa (2006, p. 149) presta importância aos ritmos e a repetição na organização das rotinas, fazendo referência aos ritmos biológicos e sua relação com a rotina: a repetição não é uma criação dos adultos; ela é algo observável nas brincadeiras infantis. Repete-se um jogo para aprender a fazê-lo, brinca-se na areia várias vezes para fazer um castelo cada vez maior. É na repetição que se constroem e consolidam determinadas estruturas mentais. É também repetindo situações, como no jogo do faz-de-conta, que se consegue desempenhar um papel diferente, ver o mundo com outros olhos.

A repetição nas rotinas da educação infantil oportuniza experiências às crianças/estudantes, no sentido de continuidade, mas nada impede de fugir do tempo de ordem para o da desordem, investindo em outra dinâmica, rompendo com a

burocracia escolar. Vale lembrar que, a rotina é uma sequência de atividades que visam à organização do tempo que a criança/estudante permanece na escola, contudo ela se apoia em momentos e situações do cotidiano.

No tipo universal que segue as rotinas, esquece-se que crianças/estudantes são diferentes, nascem e crescem com uma cultura específica, e, portanto, é no contato com outras experiências que valorizam e acrescentam suas ações, conceitos e ideias sobre sua identidade e sobre seu papel neste mundo. Tendo uma rotina padronizada, cria-se um modo de discurso único, não considerando questões como gênero, cultura, classe social e não dá possibilidades às crianças/estudantes.

Argumenta-se então, a ideia da flexibilidade, onde as rotinas não devem ser repetitivas e monótonas, mas contar com a participação ativa das crianças/estudantes, respeitar seu tempo e aceitar imprevistos, que é uma coisa que a todo o momento acontece na educação infantil. É preciso descartar a ideia autocêntrica e ao senso comum, e mudar a prática, agir reconstruindo valores onde a relação entre adultos e crianças/estudantes sejam executadas e compartilhadas, tendo em vista, que regras devem ser sempre construídas e reconstruídas, mas executadas de modos diferenciados. Reescrever e criar formas de organizar o cotidiano infantil é um dos meios para dar a rotina um novo significado.

Organizações do Trabalho Pedagógico

Esse segundo momento, iremos discorrer sobre a organização do trabalho em nossa instituição:

O Programa de Educação Especial desta Instituição define-se como atendimento educacional especializado, preventivo, destinado a criança/estudante na faixa etária de zero a sete anos e onze meses, com problemas evolutivos ou não, decorrentes de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais. Realiza-se por meio de atividades educacionais mediadas por pedagogos e com o apoio de equipe multiprofissional em parceria com a família.

Para melhor funcionalidade dos atendimentos nesta escola, eles estão organizados em programas, em observância às especificidades de cada faixa etária. Neste sentido abrangemos os mesmos e anexaremos os projetos ao documento, onde consta toda a descrição de funcionamento do mesmo.

- **Programa Primeiros Passos (nascimento a um ano e onze meses):**

Atendimento Educacional Especializado de Estimulação Precoce destinado aos bebês que apresentam atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, algum tipo de deficiência, bem como aqueles considerados de risco, acompanhados de suas mães/pais, que visa atender e orientar os pais preparando-os para realizarem o atendimento de estimulação essencial junto aos filhos, promovendo melhor vínculo entre os mesmos e viabilizando o desenvolvimento global do bebê.

- **Educação Infantil – Ensino Especializado:**

Um programa pedagógico de estimulação, essencial que tem como eixo central a aprendizagem e o desenvolvimento da socialização, da linguagem oral e o desenvolvimento motor, observando o desenvolvimento integral das crianças/estudantes. Enseja o acesso e a permanência – com êxito – de crianças/estudantes de 1 ano e 6 meses a 5 anos e 11 meses, em suas peculiaridades e particularidades, no ambiente escolar, de modo a contemplar suas necessidades, potencialidades e habilidades, oferecendo condições para que as aprendizagens ocorram em situações de cuidados, brincadeiras e demais atividades pedagógicas orientadas e de forma integrada. Buscando contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em atitudes básicas de aceitação, respeito e confiança, como também, o acesso destas crianças/estudantes aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Nosso trabalho visa proporcionar condições adequadas e favoráveis ao desenvolvimento nas dimensões física, emocional, afetiva, cognitiva e social. A organização curricular tem como base a proposta do Município de Goiânia para a Educação Infantil, *Infâncias e Crianças em Cena*: por uma Política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Educação de Goiânia (2014) Documento Curricular para Educação Infantil (2020) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás (DC-GO).

Este ano na Escola, o tema norteador será: “Era uma vez, no mundo mágico do CEESHA”, o qual contemplará a realização de atividades pedagógicas considerando os interesses e necessidades de cada criança/estudante. Os objetivos principais serão: proporcionar ações que estimulem e colaborem com o desenvolvimento e aprendizagem das crianças/estudantes, associando atividades individuais às atividades

familiares, vivenciando experiências significativas, dinâmicas e interativas. A proposta será desenvolvida através de uma parceria entre escola e família.

Neste programa organizamos os agrupamentos por faixa etária, independente do diagnóstico.

• **Anos iniciais do Ensino fundamental I**

Nossa instituição propõe a inserção gradativa dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Começando em 2023 com o 1º ano, em 2024 o 2º ano, 2025 o 3º ano, 2026 o 4º ano e 2027 completando a primeira fase com o 5º ano. Passando então a funcionarmos como Instituição de Educação Infantil e primeira fase do Ensino Fundamental.

São elegíveis para ingresso nesta fase do ensino fundamental as crianças/estudantes com NEEs:

- Egressos da pré-escola da Escola Especial;
- Oriundos da comunidade;
- Encaminhados pelas escolas do sistema comum de ensino, submetidos ao processo avaliativo pela equipe da Escola Especial.

Objetivamos a formação integral da criança/estudante por meio de sua escolarização, que tem por base para construção de seus objetivos e definição de conteúdo: os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (MEC/SEE, 1998), bem como o desenvolvimento de conteúdos funcionais de acordo com as necessidades e peculiaridades das crianças/estudantes.

Esse processo tem a finalidade de identificar as necessidades pedagógicas, habilidades e potencialidades das crianças/estudantes e propor por meio de variadas estratégias, que preparem a criança/estudante para o processo de alfabetização e letramento, promovendo o desenvolvimento das habilidades adaptativas de autonomia pessoal e de competência social, e das habilidades intelectuais gerais.

Conforme orienta a BNCC (2017) O processo de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental deve ter ligação direta com a proposta da Educação Infantil, como foco da ação pedagógica no componente de Língua Portuguesa.

Neste período, para o desenvolvimento das áreas de conhecimento, propõem-se atividades que ofereçam noções do conhecimento funcional; desenvolvimento de conceitos importantes para as atividades futuras de leitura (não necessariamente a

leitura padrão) e que permitam uma compreensão do mundo. Propõe-se conhecer os espaços que a criança/estudante frequenta para observação das características e especificidades. Visita-se, por exemplo, a casa, o bairro onde a criança/estudante mora e onde a escola está situada, o centro da cidade e outros locais da comunidade, favorecendo a criança/estudante a perceber, analisar e comparar os diferentes tipos de moradia, bairros, os acidentes geográficos e os recursos naturais existentes em cada local visitado. Reflete-se sobre os meios de transporte e de comunicação existentes, dando o apoio necessário para que o uso desses meios seja efetivo e que sejam utilizados além das atividades escolares.

O trabalho pedagógico desta proposta ao basear-se em um currículo funcional, busca ajustar e atender as necessidades individuais da criança/estudante com deficiência.

ATIVIDADES EDUCACIONAIS COMPLEMENTARES

Programa de Educação Aquática

Programa oferecido a todas as crianças/estudantes da Instituição.

É um programa de alta relevância para pessoas com necessidades especiais. Propicia experiências corporais significativas e prazerosas vivenciadas em busca de elementos motores básicos através de atividades aquáticas, tais como: adaptação ao meio líquido, flutuação, respiração, mergulho, propulsão de pernas e braços, a fim de desenvolver condutas motoras básicas, contribuindo para o desenvolvimento global, ampliando o potencial neuropsicomotor e a socialização da criança/estudante, considerando a peculiaridade das crianças/estudantes atendidas.

O Programa visa oferecer das crianças/estudantes, a possibilidade de desenvolver atividades na água, possibilitando a redução de peso corporal sob as articulações, buscando uma aprendizagem postural e motora, propiciando a criança/estudante uma melhora nos aspectos psicossocial, cardiorrespiratório, coordenação motora geral, tônus musculares, equilíbrio, entre outros, contribuindo assim, para o desenvolvimento global e saudável das crianças/estudantes.

As atividades aquáticas são realizadas por quatro professores de educação física, 2 para o Ensino Especializado (2ª a 6ª) e 2 para o AEE (2ª a 5ª), uma ou duas vezes por semana cada criança/estudante, conforme a necessidade de cada

criança/estudante. Caso a piscina seja interditada, impossibilitando seu uso, o trabalho com as crianças/estudantes será realizado em solo.

Programa de Informática Aplicada à Educação Especial - PROINESP

O Programa oferecido a todas as crianças/estudantes da instituição de 1 anos e seis meses a 10 anos e 11 meses. O PROINESP é um Programa de Informática na Educação Especial, criado pelo MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Especial – SEESP, com o propósito de oportunizar a inclusão digital e social de crianças/estudantes com necessidades educacionais especiais - NEEs.

Esse projeto busca propiciar à criança/estudante um ambiente de ensino/aprendizagem onde as atividades realizadas no computador sejam extensão interdisciplinar, possibilitando a criança/estudante ser o próprio agente do seu processo de construção de conhecimento.

Neste sentido, o Projeto Pedagógico de Uso do Computador na Instituição APAE-Goiânia tem como objetivo proporcionar às crianças/estudantes acesso aos programas educacionais que favorecem o desenvolvimento de suas potencialidades, bem como, sua evolução pedagógica e social; além de possibilitar a ampliação do processo criativo do professor, para construção de uma aprendizagem significativa a fim de que se possa efetivar a mediação do processo de aquisição de conhecimento por parte das crianças/estudantes. As atividades do Projeto de Informática aplicada à Educação Especial (PROINESP) são integradas às atividades pedagógicas realizadas, uma ou duas vezes por semana por cada agrupamento.

Programa de Música

Programa oferecido a todas as crianças/estudantes da instituição.

A iniciação musical na Educação Infantil/ Ensino Fundamental estimula áreas do cérebro da criança/estudante que vão beneficiar o desenvolvimento de outras linguagens e ajuda a melhorar a sensibilidade das crianças/estudantes, a capacidade de concentração e a memória, trazendo benefícios ao processo da fala e ao raciocínio matemático. A introdução à música na escola pode funcionar como facilitadora do processo de aprendizagem, como instrumento para tornar a escola um lugar mais alegre e receptivo e, também ampliar o conhecimento musical da criança/estudante. A música é um bem cultural e seu conhecimento não deve ser privilégio de poucos.

Assim a introdução da música na escola, pode se tornar uma oportunidade para a convivência com os diferentes gêneros, apresentando novos estilos, proporcionando uma análise reflexiva do que é apresentado.

Brinquedoteca - Programa Aprender Brincando – PAB

O Programa oferecido às crianças/estudantes do Ensino Especializado de 1 ano e 6 meses a 10 anos e onze meses.

Uma brinquedoteca, segundo Cunha (1992) é um espaço preparado para estimular a criança/estudante a brincar, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos, dentro de um ambiente especialmente lúdico. É um lugar que convida a explorar, a sentir, a experimentar. Esta autora acredita que sendo um ambiente para estimular a criatividade, ele deve ser preparado de forma criativa, com espaços que incentivem à brincadeira de “faz-de-conta”, a dramatização, a construção, a solução de problemas, a socialização e a vontade de inventar.

A construção de uma brinquedoteca é um esforço no sentido de salvaguardar a infância, nutrindo-a com elementos indispensáveis ao crescimento saudável da alma e da inteligência da criança/estudante. Não representa apenas oportunidade de acesso. Mais do que isso, expressa uma filosofia de educação voltada para o respeito ao “eu” da criança/estudante e as potencialidades que precisam de espaço para se manifestar.

O PAB – Projeto Aprender Brincando – se constitui num projeto prazeroso dentro da escola para a educação e desenvolvimento das crianças/estudantes, através do lúdico expressos no ato de brincar.

Desta forma, a brinquedoteca constitui-se neste ambiente organizado que permite, a partir de situações de brincadeiras, viabilizar as propostas de atendimento diário com os seguintes objetivos:

- ❖ Desenvolver atividades lúdico-pedagógicas com criança/estudante com necessidades educativas especiais,
- ❖ Oportunizar as crianças/estudantes atendidas a usufruírem em seu ambiente o contato com materiais diversos que lhes proporcionem lazer e aprendizagem, como o trabalho com jogos, construção de jogos com materiais alternativos, sessões de teatro, literatura etc.;
- ❖ Expandir habilidades e potencialidades; desenvolvendo a criatividade, a sociabilidade, além de promover a inclusão.

- ❖ Explorar e a experimentar brincadeiras novas ou já conhecidas;
- ❖ Incentivar à autonomia e o sentimento de autoestima;
- ❖ Desenvolver a afetividade, o convívio social e a operação mental nas brincadeiras.

Cabe ressaltar que todos os espaços lúdicos são organizados com um determinado fim no qual denominamos de “cantos”, possibilitando às brinquedistas o atendimento mais sistematizado. A brinquedoteca conta com um canto de fantasias, maquiagens, um canto da história e da música; canto das AFVDs (atividades funcionais da vida diária); canto da Linguagem; canto da oficina; canto com jogos industrializados de diferentes tipos; canto das brincadeiras como, por exemplo, a nossa casa e outros espaços.

Atualmente, a brinquedoteca funciona diariamente, com duração de 40 minutos, contemplando 4 crianças/estudantes por vez para cada agrupamento e/ou atendimento individualizado, para as crianças/estudantes com maiores comprometimentos.

Os horários de cada agrupamento são preestabelecidos, observando os outros atendimentos nas áreas afins dentro da escola e na clínica.

- **Atendimento Educacional Especializado:**

Destinado a crianças/estudantes de 1 ano e 6 meses a 7 anos e 11 meses.

A APAE Goiânia, instituição comprometida com a articulação e promoção de ações que garantem a inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual, fez a opção por oferecer o “Atendimento Educacional Especializado” como mais um de seus serviços. Propõe atender o: “(...) público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE), qual seja crianças/estudantes com Deficiência Intelectual, Física, Visual, Auditiva e/ou Múltipla, surdocegueira, Transtornos Globais do Desenvolvimento, ou Altas Habilidades/Superdotação (...). (p. 5, Manual das Ações Inclusivas da Rede Municipal de Educação de Goiânia).

A proposta que se justifica por acreditar que a grande experiência e conhecimentos adquiridos por estas crianças/estudantes será um diferencial, possibilitando que crianças/estudantes possam melhor usufruir do aprendizado acadêmico no ensino comum, bem como exercer de forma plena sua cidadania.

Para se matricular no programa do A.E.E a criança/estudante deverá ser encaminhada pela Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania da SME. No ato da

matrícula será definido os dias da semana em que deverá frequentar o atendimento, lembrando que será sempre no contraturno da escola regular em que a criança/estudante está matriculada.

O A.E.E. será desenvolvido através de oito oficinas nas áreas de estimulação de linguagem e comunicação, raciocínio lógico, psicomotricidade, autogestão, educação aquática, música e informática educacional.

Em condições normais, o A.E.E. é desenvolvido através de nove oficinas nas áreas de estimulação de linguagem e comunicação, raciocínio lógico, psicomotricidade, autogestão, educação aquática, música, habilidades sociais e informática educacional.

Linguagem e Comunicação

Na oficina de linguagem ressaltamos a importância das atividades significativas e contextualizadas voltadas para o processo de aquisição e desenvolvimento da leitura e escrita, aprimorando funções superiores como atenção, criatividade, memória entre outras.

A oficina de linguagem também se propõe a trabalhar os aspectos linguísticos, através de livros de histórias, cartazes, parlendas, leitura visual das gravuras e jogos de audição e linguagem.

Levamos a criança/estudante a reconhecer e nomear o que se vê assimilando a estrutura da linguagem, iniciando assim o processo de leitura utilizando-se de recursos como: livros jogos com cartas, jogos de sequência lógica, alfabetos ilustrados, dominós de audição e linguagem, dominós de divisão silábica entre outros.

Incentivamos a criança/estudante a construir o conhecimento de natureza conceitual e compreender de que forma acontece a representação gráfica por meio de alfabeto móvel, jogando com as letras, encaixe com lixas, letras imantadas e linhas vazadas etc.

Também objetivamos favorecer o desenvolvimento de funções cognitivas como a atenção, concentração, memorização, classificação, ordenação, análise e síntese, composição e decomposição e resolução de problemas através de encenações, conto e reconto de histórias com momentos de confecção do material, jogo soletrando, loto leitura, formando palavras, dominó de palavras e quebra-cabeça.

Raciocínio Lógico

O objetivo da oficina de raciocínio lógico é estimular a criança/estudante a compreensão e elaboração de respostas inteligentes que façam sentido às perguntas, além da construção do pensamento e raciocínio lógico para que desenvolva a habilidade de encontrar soluções e de fazer escolhas

O Raciocínio Lógico estimula funções cognitivas como: atenção, memória, planejamento e organização. Minimiza as dificuldades de aprendizagem da criança/estudante auxiliando-o a superar suas barreiras, e conscientizá-lo de suas habilidades e capacidades.

Para tanto utiliza-se materiais lúdicos concretos e variados como jogos de encaixe, blocos lógicos, jogos de memória, lince, sequência lógicas, quebra-cabeças, dominós entre outros, além de confeccionarmos jogos junto com as crianças/estudantes.

Dessa forma, envolvem-se noções e ideias matemáticas, noção de espaço, tempo, quantidade, números e causalidade partindo de experiências e conhecimentos anteriores, tornando o aprender uma aventura prazerosa.

Autogestão

Para adquirir a autonomia e independência é necessário que a criança/estudante desenvolva habilidades iniciais básicas que lhe permitam conhecer a si mesma, perceber o ambiente que a cerca, explorando com seus sentidos coisas, pessoas e a natureza.

Buscando este crescimento a oficina de autogestão envolve as AFVDs (Atividades Funcionais de Vida Diária), propiciando meios para desenvolver a autoestima, identificando seus direitos e deveres e reconhecendo sua identidade pessoal.

Assim desenvolvemos atividades que envolvam:

- ❖ Higienização e cuidados com alimentos;
- ❖ Higiene do corpo e cuidados com a aparência pessoal;
- ❖ Limpeza e organização dos espaços físicos e utensílios; brincadeiras de faz-de-conta e dramatizações de situações da vida cotidiana e da literatura infantil; o fazer artístico/pedagógico como modelagem de massa, desenho livre e dirigido, pinturas, recortes e colagens.

Psicomotricidade

Objetivo desta oficina é o conhecimento através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo INTERNO e EXTERNO. O corpo é origem de tudo, de aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas.

Nesta oficina busca-se estimular na criança/estudante:

- ❖ Esquema corporal;
- ❖ Imagem corporal;
- ❖ Coordenação ampla, fina e viso motora;
- ❖ Organização espaço-temporal;
- ❖ Ritmo;
- ❖ Lateralidade.

Linguagem e comunicação

Na oficina de linguagem e comunicação, destinada às crianças/estudantes do AEE, objetivamos desenvolver ações, em parceria com os educadores, que contribuam para a promoção, aprimoramento e prevenção de alterações dos aspectos relacionados à audição, linguagem, motricidade oral e voz que favoreçam e otimizem o processo de ensino e aprendizagem.

A atuação da equipe tem caráter terapêutico/educacional, e trabalham com foco nas áreas da comunicação oral e escrita, motricidade orofacial, motricidade oral, audição, quando estas apresentam alterações relevantes que prejudicam o processo de ensino-aprendizagem.

Estimulamos a comunicação expressiva e receptiva, a estruturação frasal (coesão/coerência), sanando, quando possível, as alterações no quadro fonético-fonológico.

Objetivamos também estimular a oralização e a percepção auditiva da criança/estudante, ampliar o seu vocabulário e adequar o uso funcional da linguagem.

Informática educativa (a seguir maiores detalhes sobre o atendimento)

Esta oficina tem como objetivo proporcionar à criança/estudante um ambiente de ensino/aprendizagem onde as atividades realizadas no computador sejam uma extensão interdisciplinar das outras atividades, possibilitando que as crianças/estudantes sejam autores do seu processo de conhecimento/aprendizagem.

Habilidades Sociais

Nesta oficina temos como objetivo, favorecer as competências socioemocionais, que se definem como o conjunto de habilidades que desenvolvemos para lidar com nossas emoções durante os desafios cotidianos e estão ligadas à nossa capacidade de conhecer, conviver, trabalhar e ser. E tais competências são extremamente importantes para o desenvolvimento das nossas crianças/estudantes.

Música

Objetivo geral da oficina é através da Educação Musical, beneficiar e promover o desenvolvimento infantil para que a criança/estudante possa se comunicar, se integrar, auto identificar-se e ampliar seus limites físicos e mentais. Os Objetivos Específicos:

- ❖ Contribuir para o controle motor;
- ❖ Conhecer os instrumentos musicais;
- ❖ Desenvolver a coordenação motora ampla e fina;
- ❖ Contribuir para despertar a consciência perceptiva;
- ❖ Contribuir para o desenvolvimento da discriminação auditiva,
- ❖ Contribuir para o desenvolvimento da capacidade auditiva intelectual e da memória;
- ❖ Favorecer a autoestima e a segurança pessoal;
- ❖ Contribuir para o desenvolvimento da linguagem e do raciocínio lógico;
- ❖ Desenvolver o gosto pela música;
- ❖ Oportunizar a integração de demais linguagens como dança e artes visuais;
- ❖ Interagir coletivamente através do canto e da música em conjunto desenvolvendo a autoconfiança e a atitude de cooperação;
- ❖ Melhorar a coordenação motora global, o esquema corporal e a orientação espaço temporal;
- ❖ Realizar apresentações que favoreçam a aquisição de competências e habilidades musicais.

Educação Aquática (a seguir maiores detalhes sobre o atendimento)

- ❖ Estimula experiências corporais, integração e o convívio social;
- ❖ Desenvolve a autoestima e autoconfiança (levando a criança/estudante a perder o medo e a insegurança);
- ❖ Promove a adaptação ao meio líquido, construindo a base para a aquisição futura de novos movimentos do nado;
- ❖ Adequação postural;

- ❖ Fortalece a musculatura;
- ❖ Melhora a capacidade respiratória;
- ❖ Promove situações desafiadoras (Percepção sensorial)
- ❖ Aumenta a resistência física;
- ❖ Melhora as habilidades motoras (coordenação, flexibilidade, equilíbrio, esquema corporal, orientação espaço temporal);
- ❖ Promove momentos prazerosos (recreação/ atividades lúdicas).

Oficina de Artesanato

A Oficina da Família é um espaço disponibilizado para acolher pais, responsáveis e acompanhantes dos usuários em cada turno, matutino e vespertino, duas vezes por semana, nos horários de atendimento das crianças/estudantes.

As atividades desenvolvidas pelas famílias são acompanhadas ocasionalmente pelo serviço social, que fornece apoio e material para as oficinas de trabalho manual entre outras relacionadas abaixo:

- Artesanato com atividades de recorte, colagem, reciclagem, desenho, pintura em tecido, madeira, vidro e cerâmica, usando papel, EVA, cola, tesoura, recicláveis, tinta para tecido, tinta para artesanato, caneta para tecido, caneta para EVA, giz de cera, palitos de picolé, varetas para churrasco, pistola de cola quente, refil de cola quente, barbante, botões, miçangas e linha de pesca.
- Costura, confeccionando peças de uso doméstico e consertos simples em roupas pessoais, utilizando a máquina de costura, linha, tesoura, tecido de saco, tecido em algodão diversas estampas, tecido em algodão cru, botões, agulha de mão, viés, tesoura, ponto russo, greguinhas, fitas e bordado inglês.
- Bordado, confeccionando peças com bordados de diversos pontos e aplicações, utilizando tecido em etamine, fitas, greguinhas, tecido de saco, tecido de algodão diversas estampas, tecido em algodão cru, linhas para bordar, agulhas de mão com ponta e sem ponta e tesoura.
- Crochê, confeccionando peças como tapetes, bicos de crochê, toalhas, utilizando barbantes, linha para crochê e agulhas para linha e para barbantes.

As peças produzidas na oficina da família são vendidas no Bazar realizado pelo serviço social semestralmente, o lucro é revertido na compra de materiais para manter as atividades do espaço.

Projeto Superação

Partindo de um pressuposto na qual foi visto a necessidade de executar alguma atividade extra que estimule ainda mais as crianças/estudantes que não deambulam o Projeto Superação foi criado, visto que pensar a criança/estudante como sujeito social constituído de cultura e escolhas que remetem a um plano de ação em que elas são ouvidas em suas particularidades e respeitadas nas aprendizagens e desenvolvimento de suas potencialidades.

O momento acontecerá durante a semana em dias alternados. Realizaremos as atividades na piscina e em solo, contando com o apoio da Equipe multiprofissional: Educação Aquática, Música, PROINESP, Brinquedoteca e os profissionais da Clínica, podendo assim contemplar todas as crianças/estudantes. Temos como critério a participação da mãe/responsável durante todo o atendimento. Serão elaboradas atividades direcionadas focando também estimulação sensorial, planejadas semanalmente com intuito de alcançar os objetivos propostos. Utilizaremos diversos materiais e recursos a fim de contribuir para uma estimulação intensificada.

Projeto: "Brasil de todas as cores, sabores e valores"

Este projeto visa promover a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, enfatizando a diversidade cultural do Brasil, resultante da miscigenação entre culturas. A proposta busca sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância dessas influências nos diferentes aspectos da sociedade, como religião, alimentação e costumes, em conformidade com a resolução CNE/CP N.01/2004, Parecer CNE/CP N. 003/2004 e Resolução CEE/CP N. 03/2009.

A necessidade de mostrar a forte influência dos povos africanos e indígenas na história, religião e cultura brasileira é urgente. O projeto busca resgatar as contribuições deles, promovendo um ambiente educativo que favoreça a igualdade entre as culturas, conforme estipulado nas diretrizes e leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008.

Objetivo Geral do projeto é garantir a vivência da cultura afro-brasileira e indígena de forma integrada no currículo, promovendo o respeito à diversidade sociocultural e contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Os objetivos específicos são:

- Reconhecer a importância dos povos africanos e indígenas na formação identitária brasileira através de estudos e práticas educativas.
- Implementar a temática da história e cultura afro-brasileira e indígena nos conteúdos curriculares, especialmente nas áreas de artes e literatura.
- Compreender e valorizar a diversidade cultural brasileira, incluindo pratos típicos, brincadeiras e manifestações culturais.
- Elevar a autoestima dos estudantes ao valorizar a musicalidade e a oralidade das culturas afro-brasileira e indígena.

Este projeto utilizará uma abordagem metodológica diversificada para promover a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Inicialmente, os estudantes participarão da produção de textos e poemas que abordarão a história da África e dos povos indígenas, incentivando assim a pesquisa e a reflexão crítica. Serão realizadas apresentações sobre a cultura afro-brasileira e indígena, incluindo músicas e danças, permitindo que os alunos vivenciem essas manifestações culturais de forma prática.

A confecção de cartazes informativos será um recurso para disseminar o conhecimento adquirido e para decorar o ambiente escolar, atraindo a atenção da comunidade. Além disso, o preparo de pratos típicos de ambas as culturas será uma atividade prática que unirá teoria e prática culinária, promovendo a apreciação da diversidade alimentar.

Os alunos terão a oportunidade de participar de danças e coreografias, como a capoeira, e um desfile com trajes típicos que integrará a escola e a comunidade em uma manifestação cultural vibrante e educativa. Para enriquecer ainda mais o aprendizado, parcerias serão estabelecidas com representantes de comunidades afro-brasileiras e indígenas, que conduzirão palestras e oficinas, aprofundando a compreensão dos estudantes sobre suas histórias e culturas.

Por fim, será criado um cronograma de atividades interdisciplinares que conectará as tradições culturais afro-brasileiras e indígenas com outras áreas do conhecimento, incluindo ciências e história. A capacitação dos professores será essencial para ministrar esses conteúdos de forma eficaz, assegurando que a diversidade cultural seja respeitada e valorizada ao longo de todo o processo educativo. A avaliação do impacto do projeto será realizada regularmente, garantindo que ele contribua para a formação de uma identidade positiva nos alunos e para um ambiente escolar inclusivo.

O período de execução será semestral, sendo no 1º semestre, destinado para os povos indígenas brasileiros e no 2º semestre para a cultura afro-brasileira.

Planejamento Pedagógico em nossa Instituição

Para realizarmos o acompanhamento pedagógico e favorecer a formação de nossos professores faz-se necessário organizar situações, como reuniões (presenciais ou remotas), e/ou momentos individuais para análise do processo ensino-aprendizagem, frequência e outros aspectos relevantes para o desenvolvimento da proposta pedagógica.

Desta forma, a escola prevê e se organiza em alguns momentos de planejamento:

Planejamento inicial de capacitação no início de ano – nesse período proporcionamos capacitação com profissionais da educação e de áreas ligadas ao atendimento clínico como fonoaudiologia, fisioterapia, nutrição, odontologia e medicina. Cada área traz as contribuições para que os pedagogos que trabalham na escola, diretamente com as crianças/estudantes, compreendam as necessidades e especificidades de cada deficiência ou síndrome. Participamos também de um curso oferecido pela Mantenedora com foco motivacional para enriquecer nossas relações e assim favorecer o trabalho desenvolvido em nossa escola.

Planejamento semanal – Ensino Especializado – semanalmente todos os professores dos agrupamentos de educação infantil/ensino fundamental têm garantido 2 horas de estudo e planejamento (organizados junto a coordenação), e momentos de orientação junto à coordenação pedagógica, os mesmos ocorrem no horário em que as crianças/estudantes participam das atividades complementares, educação aquática e brinquedoteca.

Planejamento semanal – Atendimento Educacional Especializado – ocorrem semanalmente, nas sextas-feiras, envolvendo todos os profissionais nos programas de Atendimento Educacional Especializado e Programa Primeiros Passos. Momento em que realizamos a organização dos planejamentos de atividades, estruturação dos planos de atendimento individualizado, elaboração de matérias, estudo dirigido, estudo de casos, atendimento às escolas e famílias...

Planejamento mensal - ocorre segundo calendário da SME.

Esse planejamento é muito válido para a equipe pedagógica, pois organizamos diversas formações, podemos também debater os projetos propostos e encaminhar adequações necessárias para o aprimoramento do trabalho pedagógico. Assim como receber orientações específicas de profissionais de outras áreas que auxiliam na compreensão e desenvolvimento global da criança/estudante.

Sistema de organização de entrada e saída de crianças/estudantes

Entrada de novas crianças na Instituição

Ensino Especializado e Estimulação Precoce

O serviço de triagem tem por objetivo contribuir com a família no encaminhamento do usuário, verificando o perfil e sua adequação aos serviços prestados pela APAE Goiânia, bem como, encaminhá-lo a um dos Centros da Instituição ou aos recursos da comunidade. Os agendamentos para triagem são efetuados independente de haver vagas nos Centros da APAE, considerando que uma vez realizada a triagem, as famílias podem ser orientadas a procurar recursos existentes na comunidade. O interessado passará por entrevista com Assistente Social, neurologista, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, musicoterapeuta. Concluída a fase de avaliação o prontuário é levado para uma reunião semanal, com a presença de técnicos que participaram da triagem, coordenadores pedagógicos e assistentes sociais para conclusão e discussão dos encaminhamentos possíveis.

Em seguida as crianças/estudantes serão matriculadas nos agrupamentos do Ensino Especializado.

Programa AEE- Atendimento Educacional Especializado

Após o encaminhamento da Gerência de inclusão e cidadania a APAE, as crianças/estudantes são acolhidas e avaliadas pela equipe nossa multiprofissional. A coordenação Pedagógica junto com a equipe realiza o estudo dos casos e traça os objetivos a serem desenvolvidos com as crianças/estudantes, encaminhando-as para as oficinas com foco nas áreas de estimulação da linguagem, raciocínio lógico, psicomotricidade, leitura e escrita, educação aquática, informática educativa, música e autogestão, de acordo com o que necessitam para a aprendizagem e desenvolvimento global. Depois de matriculados, os mesmos serão encaminhados para avaliação e acompanhamento neuropediátrico.

Liberação das crianças/estudantes na Instituição

Somente será dada liberação para a criança/estudante, ao final de cada semestre e após a realização do Estudo de Caso ou se a criança/estudante tiver atingido a idade limite (07 anos e 11 meses). Lembrando que a mesma deverá ser registrada e assinada, no prontuário, pelos profissionais envolvidos e pela família. Ficando a cargo da coordenação pedagógica, equipe multiprofissional e serviço social repassar os devidos encaminhamentos para CRE, escola e família.

Desligamento das crianças/estudantes na Instituição

A frequência dos atendimentos no EE ocorre de 2ª a 6ª, já no AEE é realizada duas vezes na semana: 2ª e 4ª feiras e 3ª e 5ª feiras, de caráter pedagógico. A duração dos atendimentos é de 50 minutos em cada oficina, perfazendo o período de quatro horas e quinze minutos. Esses atendimentos são realizados no contraturno da escola, em sessões individuais ou em grupo de até 04 (quatro) crianças/estudantes, dependendo da especificidade e/ou necessidade deles.

As crianças/estudantes do AEE que constarem cinco faltas no semestre, sem a devida justificativa, serão desligados automaticamente dos atendimentos. Todos os pais assinam um termo no ato da matrícula e devem assinar uma justificativa em cada falta registrada.

Já as crianças/estudantes do Ensino Especializado que acumularem 30 dias de faltas não justificadas serão desligados automaticamente dos atendimentos.

A relação com o nome das crianças/estudantes que foram desligados/liberados será encaminhada à Gerência de Inclusão através da planilha de dados da nossa Instituição.

Estudos de casos e momentos de articulações - AEE

O estudo de caso I tem o objetivo de apresentar a criança/estudante avaliado para as devidas discussões do seu plano de intervenção e encaminhamento, sendo elaborados os objetivos gerais e os específicos em cada oficina.

Em seguida, será traçado um Plano de Intervenção, o qual direciona os atendimentos da criança/estudante que deverá ser realizado por cada profissional envolvido no caso.

A Coordenação Pedagógica, Equipe Multiprofissional e o Serviço Social fornecerão, permanentemente, informações, orientações e sugestões à família e

escola quanto aos procedimentos necessários ao acompanhamento do processo de desenvolvimento e aprendizado da criança/estudante.

Estudo de caso II – Evolução do Caso: Permanência ou Liberação

O estudo de Caso II, que será agendado após o desenvolvimento do Plano de Atendimento para cada criança/estudante, tem como objetivos: avaliar a evolução do desenvolvimento e aprendizado da criança/estudante; redimensionar a intervenção tanto da criança/estudante, quanto da Escola; avaliar participação da Família e de outros componentes do contexto social da criança/estudante com objetivo de provocar reflexões, caso os mesmos sejam percebidos como fatores que estejam dificultando esse processo e, finalmente, a permanência ou liberação da criança/estudante, quando os objetivos da intervenção já tiverem sido alcançados.

Este estudo deverá ser de caráter obrigatório para a APAE - CEESHA, pois ele objetiva permear o acompanhamento do atendimento da criança/estudante e garantir um bom prognóstico dela, de acordo com as possibilidades e potencialidades do diagnóstico.

A partir do Estudo de Caso II, caso se constate a necessidade, serão realizados outros Estudos de Caso durante o semestre, para redimensionar o plano de ação e/ou alta da criança/estudante.

Momento de Articulação com as escolas

O momento de articulação com as escolas ocorrerá três vezes ao longo do semestre em cada instituição, através de visitas presenciais na escola de origem. Estes momentos nos possibilita a troca de informações sobre especificidades e possibilidades educacionais do mesmo; discutir aspectos de comportamento e relacionamentos e também aspectos referentes ao processo de aprendizagem da criança/estudante, oferecendo apoio e sugestões de trabalho com a mesma para que a Escola possa proporcionar a superação das suas dificuldades.

Ações do momento de articulação:

- Exposição e discussão dos resultados da avaliação da criança/estudante as essas instâncias acima referidas para que elas possam compreender de forma sistêmica;
- Trocar informações sobre especificidades e possibilidades educacionais;

- Discutir aspectos de comportamento e relacionamentos da criança/estudante no âmbito escolar a fim de compreender as suas necessidades dentro do processo de aprendizagem;
- Oferecer sugestões e apoio para que a escola possa ajudá-lo a superar suas especificidades nesse processo;
- Contribuir com a Escola no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem a partir das potencialidades, competências e habilidades da criança/estudante.

Em casos mais específicos será entregue material de estudo elaborado pela equipe do AEE.

As visitas presenciais ocorrerão durante o período de intervenção e/ou quando a Unidade Escolar ou APAE sentirem necessidade será agendada nova visita com o objetivo de analisar as ações realizadas na intervenção da APAE e Unidade Escolar e traçar novas ações quando necessário.

Durante as visitas serão registrados na ficha individual da criança/estudante os principais dados apontados nos processos de diagnóstico e de evolução do desenvolvimento da criança/estudante e assinado, ao final, por todos os participantes.

Momento de articulação com as famílias

As articulações com as Famílias das crianças/estudantes serão realizadas 02 vezes por ano. Tem como objetivo repassar para a família os avanços alcançados, traçar novas ações, informações, orientações e sugestões à Família quanto aos procedimentos necessários ao acompanhamento do processo de desenvolvimento da criança/estudante.

○ 4.3 Formação Continuada Em Contexto

Atualmente a informação e o conhecimento são compartilhados de maneira muito rápida - de certa forma quase instantânea -, de modo que se manter atualizado é requisito indispensável para qualquer profissional. Ainda assim, é válido ressaltar que a informação só se torna conhecimento de fato quando é associada a algum sentido. A formação continuada auxilia o professor a melhorar cada vez mais suas práticas pedagógicas e com isso apoiar as crianças/estudantes na construção de conhecimentos.

A formação continuada de professores em nossa instituição é entendida hoje como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade dos educadores. Ela é realizada ao longo do ano e tem como objetivo assegurar um trabalho de qualidade cada vez maior às nossas crianças/estudantes.

Momentos de formação específica ao longo do ano - Esses momentos, acontecem nos congressos, como o Congresso das Apaes do Estado de Goiás, nos momentos de formação oferecidos ao longo do ano, como os cursos oferecidos nos Ciclos de Formação dos funcionários Apaeanos, nos dias de formação do funcionário Apaeano, quanto também os cursos oferecidos pela SME, principalmente os que ocorrem no Centro de Formação, que tem uma participação dos nossos professores e servidores administrativos.

Em nossos planejamentos mensais organizamos um momento para formação, como por exemplo, cursos oferecidos por profissionais de outras Instituições, profissionais da Clínica, e os próprios professores que apresentam algumas experiências de sucesso.

As equipes do AEE e estimulação precoce realizam um momento de estudo coletivo na última sexta-feira do mês, momento em que um dos integrantes da equipe (conforme cronograma pré-estabelecido) aborda um tema de interesse comum, organiza a metodologia utilizada e indica materiais para subsidiar o estudo. Este estudo vem contribuindo muito com a prática dos nossos professores.

Este ano temos como uma das propostas centrais de formação em contexto, a reestruturação da nossa Proposta Político Pedagógica. Iniciamos o ano com essa proposta e organizamos vários momentos para possibilitar a construção coletiva da mesma. Momentos de “roda de conversa” para trocarmos ideias e concepções sobre temas norteadores da nossa proposta de trabalho para assim, termos clareza sobre nossos objetivos e construirmos nossa proposta curricular. Estudos sobre a BNCC, grupos de discussão e trabalho, com vivências sobre “direitos de aprendizagem”. Grupos de estudo com os professores sobre princípios e concepções, enfatizando os temas “Sociedade e Educação; Sujeitos; Aprendizagem e desenvolvimento”.

Terminando essa proposta de formação, iniciaremos um programa de estudos em nossos planejamentos, em que cada programa/equipe organizará um tema e a

forma como ocorrerá a formação. Abordando temas de grande relevância para aprimorarmos nossa prática pedagógica.

Os momentos de formação continuada são importantes na prática de qualquer professor, principalmente em se tratando de educação especial. Privilegiamos:

- ❖ A participação dos profissionais em cursos, em seminários e outros ocorrerá sempre que o profissional sentir necessidade e a equipe diretiva liberar;
- ❖ A socialização dos estudos entre os profissionais para favorecer o trabalho coletivo da nossa instituição.

❖ EIXO 5 – PROCESSOS AVALIATIVOS

○ 5.1. Avaliação dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento das crianças/estudantes:

No Centro de Educação Especial Helena Antipoff, a concepção sobre os processos e os instrumentos avaliativos não são concebidos de forma dissociada de outros elementos, como os conceitos de infância, aprendizagem e desenvolvimento, além dos fins e objetivos que constam na proposta pedagógica. Neste contexto a avaliação está presente nos diferentes momentos vivenciados no espaço da instituição. Esta forma de conceber a avaliação centra-se nos processos, evidenciando as concepções e fundamentações da proposta, destinando-se principalmente à reorientação do fazer pedagógico.

A prática pedagógica nesta instituição organiza-se numa lógica que valoriza tanto as necessidades da criança/estudante, observando seus passos, avanços e dificuldades, como os processos e as interações vivenciadas no cotidiano das crianças/estudantes. Neste sentido, concorda-se com a perspectiva de avaliação que sirva como ferramenta para o arranjo de boas condições para o desenvolvimento infantil, conforme destaca Oliveira (2002). A autora diz ainda que avaliar promove o redimensionamento do contexto educacional, ou seja, repensa o preparo dos profissionais, suas condições de trabalho, os recursos disponíveis e as diretrizes defendidas. Envolve, também, conhecer os diversos contextos de desenvolvimento de cada criança/estudante (respeitando suas particularidades), que pontua uma história coletivamente vivida, aponta possibilidades de ação educativa e avalia as práticas existentes.

Sobre esta perspectiva, pensar a avaliação implica repensar o papel social da escola e do profissional da educação, levando em consideração alguns princípios que norteiam a prática pedagógica desenvolvida nesta instituição que atende crianças/estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental e AEE, tais como:

- ❖ Valorização dos processos de aprendizagem;
- ❖ Valorização das experiências culturais das crianças/estudantes;
- ❖ Valorização da conquista da autonomia e da liberdade de expressão;
- ❖ Valorização da inclusão e do diálogo;
- ❖ Valorização do trabalho coletivo;
- ❖ Valorização da organização do tempo e do espaço pedagógicos;
- ❖ Valorização do educador como mediador no processo de aprendizagem.

Dessa forma, no entendimento da avaliação como ato que traz o caráter da coletividade e de reconhecimento do contexto e dos vários atores que estão envolvidos neste processo, busca-se conceber a avaliação em seu sentido social, envolvendo conceitos, valores e procedimentos que perpassam todo o projeto pedagógico.

Sobre como avaliar as vivências e aprendizagens construídas com as crianças/estudantes são utilizados instrumentos e processos, tais como:

- ❖ Relatos diários sobre as vivências das crianças/estudantes: consiste em registrar a observação da dinâmica interativa entre as crianças/estudantes e o processo de aprendizagem delas, buscando maiores recursos para realizarmos o processo avaliativo com qualidade.
- ❖ Relatos semanais reflexivos dos profissionais sobre o trabalho pedagógico: consiste em registrar semanalmente refletindo sobre as atividades pedagógicas planejadas e executadas, como ocorreram, se foram significativas para as crianças/estudantes, o que podemos aperfeiçoar para as próximas atividades;
- ❖ Relatórios do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças/estudantes: produção de relatórios mensais/semestrais descritivos contemplando aspectos individuais sobre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças/estudantes. O mesmo é elaborado mensalmente/semestralmente por todos os programas desenvolvidos na Instituição;
- ❖ Socialização das avaliações com a Família: reunião trimestral nas quais os educadores socializam e discutem com a família as observações sistematizadas no

relatório avaliativo. Estes momentos são organizados individualmente com cada família;

❖ Avaliação observativa: consiste na observação das crianças/estudantes; em que os profissionais buscam perceber através das propostas, das expressões, impressões e manifestações das crianças/estudantes durante atividades realizadas e ações individuais e no grupo seus desejos/interesses/necessidades.

❖ Avaliação do trabalho realizado pelos educadores e a autoavaliação: Esta avaliação se realiza no final de cada semestre, na qual os professores reavaliam suas práticas junto com o coletivo de professores e equipe gestora.

❖ Avaliação multiprofissional: (com toda a equipe que atende a criança/estudante), a equipe multiprofissional (profissionais do atendimento clínico – APAE), juntamente com coordenação pedagógica, professora regente, professora de educação física (educação aquática), professora da brinquedoteca e Proinesp. A finalidade desta avaliação é aproximar as ações pedagógicas e clínicas e verificar a evolução e dificuldades das crianças/estudantes, com vistas a dar suporte ao prosseguimento da aprendizagem e quadro clínico e adotar medidas de intervenções.

❖ O Atendimento Educacional Especializado promove a articulação junto às Escolas do ensino comum das crianças/estudantes. Nesta ocasião, socializamos informações sobre o desenvolvimento e aprendizagem das crianças/estudantes, sugerimos atividades, metodologias e recursos para auxiliar neste processo. Quinzenalmente nossa equipe visita as escolas para entender melhor o contexto que a criança/estudante está inserida e oferecer apoio aos profissionais.

Estes processos e instrumentos avaliativos são justificados dentro deste espaço educacional que valoriza as interações pedagógicas adulto/criança, criança/criança e criança/ambiente. Nessa perspectiva, a intencionalidade assume um caráter de planejamento prévio, acompanhamento, registros diários individuais e da turma e avaliação.

Enfim, avaliar envolve compreender a criança/estudante, o educador, a realidade e as relações que se estabelecem.

Avaliação do AEE

Dentro da nossa atual organização, o AEE não possui uma equipe exclusiva para realizar a Avaliação Inicial das crianças/estudantes que serão inseridas em nosso

programa. Organizamos este processo junto com os profissionais que compõem a equipe de intervenção.

Inicialmente agendamos uma entrevista social com a família que é realizada pela equipe do serviço social, em seguida convidamos a criança/estudante para um momento em que a criança/estudante participará do processo de acolhida e pré-avaliação com os profissionais do AEE. Este processo ocorre em dois momentos, agendados as sextas-feiras, e que as crianças/estudantes passarão por quatro oficinas com o objetivo de termos um primeiro contato e assim percebermos alguns detalhes que serão necessários para o desenvolvimento do nosso programa de intervenção. Em seguida a criança/estudante será inserida em nossos horários e o processo de avaliação inicial durará em média 30 dias, período necessário para conhecermos melhor a criança/estudante enriquecendo o momento de articulação junto à escola de origem, uma vez que teremos mais recursos e informações para orientar os professores.

Coletar dados: os dados iniciais são obtidos pela leitura do prontuário das crianças/estudantes, que contém informações de identificação coletados nas unidades educacionais e avaliações pedagógicas realizadas pelas Equipes Multidisciplinares das Coordenadorias Regionais, entrevista com os pais feitos pelo Serviço Social e outros documentos pertinentes, tais como: exames médicos, diagnósticos, outros relatórios.

Realização do processo avaliativo: a primeira etapa da avaliação é realizada pela equipe multiprofissional durante dois atendimentos, contemplando atividades, dinâmicas e testes relacionados às áreas da leitura e escrita, psicomotricidade, linguagem e comunicação, raciocínio lógico, informática educativa e autogestão. Em seguida a criança/estudante é incluída nos atendimentos e durante o próximo mês a avaliação será feita em grupo, o foco é nas necessidades individuais da criança/estudante, com suas manifestações neste grupo, disponibilizando possíveis adaptações dos instrumentos para atender as especificidades, quando se fizer necessário.

Discussão dos dados obtidos e elaboração do relatório da criança/estudante pela equipe multiprofissional: nesse momento é realizado o levantamento dos dados obtidos nas atividades, testes e observações, seguindo-se da análise,

investigação e confronto dos dados, construindo o relatório para a realização da articulação.

A avaliação individual é feita através de registros diários após cada atendimento realizado pelas oficinas e no final de cada semestre pela equipe do AEE. Semanalmente são realizados momentos de troca de informações sobre os atendimentos ocorridos em cada oficina, possibilitando intervenções para novos planejamentos. Em casos específicos quando solicitado pela Equipe de Avaliação, de intervenção ou a pedido médico.

Objetivos da avaliação realizada pela equipe do AEE:

- ❖ Conhecer a criança/estudante e garantir que ele seja compreendido nos aspectos sociais, emocionais, cognitivos, psicomotores e em suas habilidades e/ou dificuldades no processo de ensino aprendizagem, propondo sugestões que viabilizem a busca de soluções e o aproveitamento de suas potencialidades enquanto “ser” cidadão, assegurando atendimento de acordo com as suas necessidades.
- ❖ Coletar dados intrínsecos e extrínsecos inerentes a pessoa humana (idade, sexo, autoreferência, processos interrelacionais, carência e outras);
- ❖ Reconhecer características emocionais, volitivas, sociais, afetivas, psicossomáticas, motoras, expressão verbal e indícios de organicidade;
- ❖ Observar traços/características de personalidade, reações, sentimentos, humor, mecanismos de defesa, linguagem, postura corporal e valores;
- ❖ Identificar possíveis conflitos psíquicos relacionados com as questões afetivas, emocionais e culturais;
- ❖ Observar e analisar a estruturação e a dinâmica familiar (vínculos, autoidentificação, identificação da figura de autoridade, da figura afetiva, da valência parental e de formas de comunicação e de lazer;
- ❖ Aferir nível intelectual, identificando facilidade ou dificuldades relacionadas às funções cognitivas como percepção, atenção, memória, pensamento, capacidade de análise e síntese, planejamento, estratégia, antecipação, linguagem, organização e raciocínio lógico;
- ❖ Observar as alterações fonético-fonológicas, funcionalidade, mobilidade e tonicidade dos órgãos fonoarticulatórios;

- ❖ Analisar o nível de leitura e escrita, as dificuldades na aprendizagem, as vinculações, a compreensão e a interpretação;
- ❖ Diagnosticar a situação de aprendizagem da criança/estudante, tendo em vista subsidiar a tomada de decisões para a melhoria da qualidade de seu desempenho;
- ❖ Investigar aspectos pedagógicos relacionados à modalidade de aprendizagem, desejo e vínculos com o objeto do conhecimento com o ensinante e com seus pares;
- ❖ Observar e analisar a integridade psicomotora e/ou a disfunção psicomotora que caracteriza a aprendizagem da criança/estudante, buscando também uma compreensão das unidades funcionais do cérebro segundo modelo apresentado por Luria, 1973, através da aplicação da Bateria Psicomotora (FONSECA, 1976);
- ❖ Traçar o Perfil Psicomotor, permitindo identificar a organização neurológica o que poderá contribuir e auxiliar na identificação de suas dificuldades de aprendizagem;
- ❖ Identificar e detectar a integridade das funções cognitivas superiores (mentais), atenção, memória, linguagem e cognição, enfocando os aspectos da personalidade, das emoções e do comportamento e sua relação com o funcionamento cerebral;
- ❖ Traçar o perfil cognitivo da criança/estudante, permitindo compará-lo com o esperado para sua idade e escolaridade, evidenciando aspectos indicativos de disfunção;
- ❖ Colaborar com os colegas, profissionais da equipe, no sentido de pesquisar, acrescentar, confrontar, esclarecer, decidir, levantar hipóteses e confirmar os dados obtidos no processo avaliativo, como um todo;
- ❖ Trabalhar em equipe, na elaboração dos relatórios da criança/estudante (Relatório Multiprofissional); nas articulações para as famílias e para as escolas.

○ **5.2. Avaliação do PPP**

Será avaliada e reelaborada ao longo do ano junto com a equipe gestora e pedagógica, buscando aprimorar nossa proposta.

○ **5.3. Avaliação Institucional**

Realizamos semestralmente a avaliação institucional. A mesma ocorre em duas etapas, primeira com a equipe de profissionais, momento em que avaliamos o trabalho desenvolvido em nossa Instituição, quais aspectos foram positivos e quais podemos

melhorar, buscando conhecer o olhar de cada um sobre as forças e fraquezas da nossa escola, sugerindo então novos caminhos.

A segunda etapa desta avaliação institucional é realizada pelas Famílias com a mediação da equipe do serviço social e psicologia, levando as famílias a refletirem sobre quais aspectos contribuíram para o desenvolvimento de seus filhos e dos quais necessitamos aprimorar.

Após a coleta de informações, a equipe gestora tem a oportunidade de analisar e assim criar estratégias para atender as demandas observadas e traçar propostas para favorecer o trabalho desenvolvido em nossa Instituição.

❖ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Pedagogia de projetos na educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **LDB** nº 9394/96.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil**. Resolução 5 de 17 de dezembro, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: MEC, 2005. 35p.

BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **O currículo na Educação Infantil**. In. Presença pedagógica. V. 13 nº. 74. mar/abr, 2007.

FARIA, Vitória Barreto, DIAS, Fátima Salles. **Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MATTOS, Regiane Augusto. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes. **Creches: crianças, faz de conta & Cia.** Petrópolis RJ; Vozes, 1992

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** Cortez. São Paulo: 2002.

ROCHA. Ruth. ROTH. Otávio. **Declaração universal dos direitos humanos.** São Paulo SP, 2004.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **A (Re) configuração do Nacional e a Questão da Diversidade.** In: ABRAMOWICS, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (orgs). Afirmando Diferenças. 3º ed. Campinas: Papirus, 2010.p.87-108.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Infâncias e Crianças em Cena: por uma Política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Educação de Goiânia** / Secretaria Municipal de Educação. – Goiânia: SME, DEPE, DEI, 2014.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Manual das Ações Inclusivas da Rede Municipal de Educação de Goiânia** / Secretaria Municipal de Educação. – Goiânia: SME, DEPE, GERINC, 2020.

WARNOCK, M. (1978). **Special educational needs. Report of the committee enquiry into education of handicapped children and young people.** London: Her Majesty Stationery Office.

Lucimeire de Brito Pinheiro
Diretora do CEESHA

Carmem Marize Lima
Presidente da APAE de Goiânia